

Universidade de Brasília

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR:
REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

Brasília
2017

JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR:
REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

Trabalho de conclusão do curso
apresentado à Faculdade de Educação, da
Universidade de Brasília, no curso de
Pedagogia

Orientadora: Profa. Dra. Prof. Renísia Cristina Garcia Filice

**Brasília
2017**

JACIARA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR:
REFLEXÕES NECESSÁRIAS**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Renísia Cristina Garcia Filice (Orientadora)
Departamento de Teoria e Fundamentos - TEF
Faculdade de Educação - UnB

Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva (Membro Titular)
Departamento de História - UnB

Profa. Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas (Membro Titular)
Departamento de Métodos e Técnicas - MTC
Faculdade de Educação - UnB

Profa. Dra. Adriana Almeida Sales de Melo (Membro Suplente)
Departamento de Planejamento e Administração - PAD
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

**Brasília
2017**

Dedico esse trabalho à minha mãe, mulher de força, coragem e sensibilidade incomparáveis, que na sua simplicidade, ensinou-me coisas que nem os livros e os doutores conseguiriam me ensinar.

AGRADECIMENTOS

Direciono o meu primeiro agradecimento a Deus, por tudo que Ele é e pelo que me permite ser e alcançar. Nada disso seria possível sem o intermédio de Jesus Cristo à quem sou eternamente grata. Agradeço a presença do Espírito Santo que me conduz em toda a caminhada. Os TRÊS em sua excelência e Unidade renovam as minhas forças para que eu atinja resultados exitosos.

Agradeço aos meus pais, pessoas que amo. Em especial a minha mãe, Jacira Cristina Pereira, minha referência de amor e cuidado, responsável por me fazer seguir avante. Sua força, coragem e amor me alimentam. Com suor de seu trabalho, proporcionou-me todo o suporte que eu precisava, e, na vida escolar, ofertou-me os melhores materiais, estímulos para a minha vida educacional.

Aos meus irmãos, Júnior, Sônia, Márcia e Rogério que acompanharam a minha trajetória para a realização de mais uma importante etapa.

Aos meus sobrinhos, pela torcida, em especial a Ana Thais, Rebeca e Leonardo, que inseridos na mesma universidade trilham caminhos promissores.

Aos meus amigos, irmãos do coração, que estiveram presentes em cada etapa desse trabalho, em especial à Aneide Pereira de Souza e ao Jorge Augusto Borges Bezerra, irmãos do coração, pela dedicação e paciência. A Athália Rodrigues, Jheniffer Oliveira e Bruna Passos pela parceria e crescimento em todo o período da graduação.

A equipe de profissionais de saúde responsável pelos cuidados com a minha mãe, pela parceria e carinho dispensados ao meu bem maior, o que permitiu desenvolver meu trabalho com tranquilidade. Eternamente grata.

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em especial a minha professora e orientadora Renísia Cristina Garcia Filice, por instigar o pensamento crítico, e conduzir ao entendimento sobre as diferentes maneiras que os seres humanos têm de ser, estar, viver e ver o mundo. Ao professor Anderson Ribeiro Oliva e a Professora Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas, componentes da banca examinadora, pelas imensuráveis contribuições.

Enfim, aos trabalhadores brasileiros, financiadores do ensino público, por tornarem possível o meu acesso à educação pública e gratuita desde os primeiros anos de vida escolar até a universidade.

“Essa crise existe a mais de 500 anos, desde que o primeiro negro escravizado pisou no Brasil”.

Antônio Carlos do Santos, ou Vovó do Ilê Ayê.

“Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.”

Munanga

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar se há a implementação da lei 10.639/03 que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, tendo como base a análise do Projeto Político Pedagógico de uma escola pública de Ensino Fundamental, localizada na Região Administrativa do Gama, no Distrito Federal. Tal abordagem é um importante passo no combate ao racismo, para a desconstrução de estereótipos a respeito da pessoa negra e para a valorização das relações étnico-raciais. O Projeto Político Pedagógico como documento de construção coletiva e norteador das atividades a serem desenvolvidas pelas instituições educacionais constitui elemento fundamental para a construção/promoção de uma sociedade antirracista. A metodologia da pesquisa envolveu a análise documental e o uso de entrevista semiestruturada com integrante da equipe gestora do estabelecimento de ensino. Quanto aos resultados da pesquisa eles permitem concluir que há uma invisibilidade dada para a questão étnico-racial no âmbito do projeto político pedagógico e que a abordagem antirracista está relegada ao trabalho solitário dos professores no interior das salas de aula.

Palavras-chave: Relações Étnico raciais; Racismo; Educação antirracista; Projeto Político Pedagógico; Lei 10.639/03; Art 26A – LDB.

ABSTRACT

The objective of this study is to evaluate the implementation of Law 10.639 / 03, which amends article 26 of the Law on the Guidelines and Bases of National Education (9394/96), making the teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture mandatory. as base the analysis of the Political Pedagogical Project of a public elementary school, located in the Administrative Region of Gama, in the Federal District. Such an approach is an important step in the fight against racism, the deconstruction of stereotypes about the black person and the appreciation of ethnic-racial relations. The Pedagogical Political Project as a document of collective construction and guiding the activities to be carried out by educational institutions is a fundamental element for the construction / promotion of an antiracist society. The research methodology involved documentary analysis and the use of semi-structured interview with a member of the management team of the educational institution. As for the results of the research, they allow us to conclude that there is an invisibility given to the ethnic-racial question within the framework of the pedagogical political project and that the antiracist approach is relegated to the solitary work of the teachers inside the classrooms.

Keywords: Ethnic racial relations; Racism; Antiracist education; Political Pedagogical Project; Law 10639/03; Art 26A - LDB.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo evaluar si hay la implementación de la ley 10.693/03 que cambia el artículo 26 de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (9.394/96) y hace obligatoria la enseñanza de Historia y Cultura Africana y Afro-brasileña, teniendo como base la análisis del Proyecto Político Pedagógico de una escuela pública de Enseñanza Fundamental, ubicada en la Región Administrativa del Gama, en el Distrito Federal. El enfoque es un importante hecho en el combate al racismo, para la desconstrucción de estereotipos a respecto de la persona negra y para la valoración de las relaciones étnico-raciales. El Proyecto Político Pedagógico como documento de construcción colectiva y eje de las actividades a ser desarrolladas por las instituciones educativas constituye elemento fundamental para la construcción/promoción de una sociedad antirracista. La metodología de investigación se desarrolló en la análisis documental y el uso de entrevista semiestructurada con integrante del equipo gestora del establecimiento de enseñanza. Cuanto a los resultados de la investigación, ellos permiten concluir que hay una invisibilidad dada para la cuestión étnico-racial en el ámbito del proyecto político pedagógico y que el enfoque antirracista está relegado al trabajo solitario de los profesores en el interior de clases de aula.

Palabras-clave: Relaciones Étnico Raciales, Racismo, Educación antirracista, Proyecto Político Pedagógico, Ley 10.639/03; Art 26A – LDB.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil – 2010

Tabela 2 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo, segundo o nível de instrução e a cor ou raça - Brasil - 2010

Tabela 3 - Média de anos de estudo da população (7anos ou mais de idade), por sexo, segundo cor/raça - Brasil, 2011 a 2015

Tabela 4 - População analfabeta de 15 anos ou mais de idade, segundo cor/raça - Brasil, 2011 a 2015

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por cor ou raça, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2010

Tabela 6 - População Ocupada em Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Tabela 7 - Média de Anos de Estudo das Trabalhadoras Domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Tabela 8 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Tabela 9 - Risco Relativo de homicídio, 2014.

Tabela 10 - Maior percentual da população negra segundo o sexo – Distrito Federal, 2010

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF/88	Constituição Federal de 1988
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
DF	Distrito Federal
EF	Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPP	Projeto Político Pedagógico
SE	Secretaria de Educação
Secadi	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	18
Conceitos Fundamentais.....	18
Etapas da pesquisa.....	19
A escolha do Projeto Político Pedagógico.....	20
Apresentação didática do percurso da pesquisa.....	21
CAPÍTULO 1 – ENCONTROS E DESENCONTROS: RAÇA, RACISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	22
CAPÍTULO 2 – DESIGUALDADES ENTRE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL.....	30
2.1 Nível de instrução.....	32
2.2 Trabalho.....	37
2.3 Principais vítimas da violência.....	41
2.4 Distrito Federal.....	42
2.5 Algumas reflexões.....	45
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS DA PESQUISA.....	49
3.1 O Projeto Político Pedagógico da escola de Ensino Fundamental do Gama- DF: (In)visibilidade frente a educação antirracista.....	49
3.2 Análise da Entrevista.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	68
APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	69

MEMORIAL

Escrever sobre a minha trajetória é trazer à memória alguns momentos que considero marcantes e essenciais para a minha formação como pedagoga. Sou mulher, negra, nascida em Brasília e criada na cidade do Gama - Distrito Federal. Em toda a minha vida escolar estudei em escola pública. Todas as escolas pelas quais eu passei eram relativamente próximas da minha casa, então, eu ia sozinha, assiduamente e feliz sobretudo no período do Ensino Fundamental.

Não lembro nominalmente de todos/as os/as professores/as que tive no ensino fundamental e médio, independente disso, sei que eles/elas foram importantes para as minhas descobertas, contribuíram significativamente com a minha forma de ver, viver e estar no mundo.

No ensino Fundamental, 2 e 3º séries lembro carinhosamente da professora Vilma, uma senhora firme, eu diria bem firme, porém, muito zelosa, dona de uma letra impecável e apaixonada pelo que fazia. Era nítido o cuidado que tinha em sua atuação em sala de aula. Marcou-me profundamente.

Mas foi na quarta série do Ensino Fundamental (atual terceiro ano) que passei a compreender a importância da valorização de outras possibilidades estéticas do ser humano, aquelas que vão para além das socialmente e historicamente aceitas. Lembro na aula de português da professora Márcia, em um momento em que ela proporcionava para nós a escolha de livros de literatura para lermos durante quinze dias, após esse período escolhíamos outro para realizarmos a leitura e assim sucessivamente. Uma das minhas escolhas foi um livro cujo o título eu não lembro, tampouco a história, porém, da capa eu lembro, era uma ilustração de uma criança que considerei bonita, branca e loira, peguei o livro para realizar a leitura. No dia da entrega expressaríamos algo sobre o livro, poderia ser por meio de ilustração. Nesse dia, entreguei o desenho exato da menina loira da capa.

Fui chamada pela professora e ela apontando para o desenho, perguntou porque o fiz daquele jeito, e com a exatidão que constava na capa. A minha resposta foi de que o desenho era a menina bonita da capa. A professora Márcia de forma carinhosa me falou que a menina da capa poderia ser a que eu quisesse, e que eu poderia pintá-la da cor que eu também quisesse. Nunca mais esqueci da professora que me proporcionou na atividade literária compreender que a beleza

feminina é diversa e não está centrada nas meninas loiras dos livros. A ela meu muito obrigada.

Tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio tinha (e continuo tendo) admiração e respeito por meus/minhas professores/professoras. Tinha orgulho das escolas pelas quais passei. Contudo, confesso que no meu ensino médio não tive grandes experiências tais como a relatada anteriormente e que pudessem me marcar profundamente. Contudo recordo-me dos incessantes esforços dos professores em nos proporcionar aulas proveitosas para que por elas nos sentíssemos atraídos. Isso contribuiu para o meu pensamento docente a respeito dos desafios enfrentados nesta profissão. Respeito a todos que de alguma forma fizeram meus dias em sala de aula valerem a pena.

Já no ensino superior, na Universidade de Brasília muitas coisas causaram em mim profundas mudanças pessoalmente e profissionalmente, aprendi coisas imensuráveis, nas disciplinas com professores e nas relações pessoais com colegas da pedagogia e de outros cursos, vivências, trajetórias, enfim.

Aprendi a me relacionar com diversas possibilidades de visão de mundo. Isso foi ótimo. Na verdade, tem sido cotidianamente valioso, desde a minha primeira graduação, em Gestão em Agronegócio até a minha segunda graduação em pedagogia, área que escolhi para a vida, e sei que será assim continuamente, porque a trajetória acadêmica seguirá.

Finalizo o meu memorial afirmando que cada professor que tive foi importante em minha trajetória, foram eles também que me inspiraram a seguir nessa profissão. Partícipes do meu sucesso escolar/acadêmico. Desejo que a minha atuação profissional seja reflexo de todas as coisas grandiosas construídas nesse percurso.

INTRODUÇÃO

O Brasil é essencialmente pluriétnico, contudo, as relações sociais em nosso país são marcadas por desigualdades que afetam notadamente negros e indígenas, realidade que decorre de um processo histórico marcado pelo preconceito racial e por ideologias discriminatórias (de exploração, opressão, subalternização e invisibilização).

O respeito à diversidade racial é algo que deve ser (re)construído em nossa sociedade, sobretudo em instâncias formadoras do indivíduo, e, nesse sentido, a escola assume o papel importante na luta contra o racismo. O estabelecimento de ensino ao valorizar e promover o respeito a diversidade étnico-racial como um elemento essencial para a formação dos que ali se encontram, possibilita a construção de uma sociedade mais justa cujas relações entre os indivíduos sejam efetivamente humanas.

A inserção da temática étnico racial nas escolas se trata de uma demanda reivindicada ao longo de anos pelo Movimento Negro, e consiste em um passo significativo para o reconhecimento do protagonismo do povo negro. Refletir sobre essa necessidade é importante no sentido de gerar esforços em prol de uma educação antirracista, tão necessária em nosso país onde, apesar da maioria da população ser autodeclarada negros e negras, vivencia cotidianamente o preconceito racial.

É fundamental que o debate acerca de raça, racismo e relações étnico-raciais perpassse todos os ambientes educacionais, mesmo encontrando possíveis limitações, a inserção da temática racial deve ser cada vez mais aprimorada nas escolas, discutida e repensada numa perspectiva democrática e coletiva se firmando cotidianamente o compromisso do Estado e da sociedade na luta por uma sociedade antirracista.

Pressupõe-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP), fruto de um conjunto de ações coletivas e democráticas, deve, no conjunto de seus projetos, programas e atividades a serem desenvolvidos com, pela, e para a comunidade escolar, apresentar as intencionalidades no que diz respeito também as questões étnico-raciais. Ou seja, é fundamental que o PPP tenha em seu conteúdo propostas em prol da aplicabilidade da lei 10.639/03 que altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) que diz “nos estabelecimentos de

ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira. ”

O racismo é uma realidade em nosso país, e as desigualdades sociais decorrem da ideologia pautada no preconceito de cor que perdura em nossa sociedade, alcançando, inclusive, estruturas da educação formal em que se verifica, discrepâncias entre negros e brancos quanto ao nível de instrução e tempo de estudo, por exemplo. Para além da área educacional, as desigualdades também são verificadas no mundo do trabalho, no que tangem ocupações e salários e em outros indicadores sociais.

A importância da criação e implementação da referida, se verifica entre outras coisas, na possibilidade de se instigar reflexões sobre o ensino da história africana e afro-brasileira sobre outras perspectivas que não sejam as do colonizador e/ou aquelas restritas ao próprio processo de colonização, mas a partir da perspectiva dos povos historicamente subestimados em virtude sobretudo do cerceamento da possibilidade de terem suas histórias contadas a partir de suas próprias perspectivas. A educação antirracista pode ser entendida como uma importante possibilidade de se trazer a visibilidade a pessoa negra que historicamente foi objeto de rejeição para a ideologia hegemônica. O presente trabalho se justifica, justamente, pelo seu caminho contra hegemônico ao buscar refletir sobre a importância da abordagem étnico-racial refletida no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola de Ensino Fundamental (EF) do Distrito Federal (DF).

Estudos apontam, por exemplo, a temática étnico-racial ainda não se mostra evidente nos contextos escolares, isso justifica a realização do presente trabalho que, buscará compreender como essa questão tem se traduzido no âmbito da proposta pedagógica de uma escola do DF. Propor reflexões acerca da temática se faz, cada vez mais, necessário para a desconstrução de estereótipos a respeito do negro; para o desfazimento de ideologia pautada na democracia racial; e para a luta por uma sociedade antirracista.

Nesse sentido, as questões as serem investigadas são: a) A lei 10.639/03 está contemplada no Projeto Político Pedagógico?; b) Quais as possíveis barreiras de inserção da abordagem étnico-racial e Educação antirracista no âmbito do Projeto Político Pedagógico (PPP)? Para tanto, a análise do referido documento,

será realizada no sentido de, ao final propor reflexões sobre a necessidade de se inserir na proposta pedagógica escolar a questão das relações étnico-raciais.

Levando em consideração a relevância da temática como elemento de reflexão em prol de uma sociedade antirracista, e tendo como objeto deste trabalho o Projeto Político Pedagógico de uma escola pública de Ensino Fundamental, localizada na Região Administrativa do Gama - Distrito Federal, a pesquisa teve como objetivo geral:

- Avaliar se há a implementação da lei 10.639/03 que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira

E específicos:

- Verificar se a lei 10.639/03 que altera o artigo 26A da LDB foi incorporado ao PPP do estabelecimento de ensino;
- Apresentar indicadores sociais da população negra brasileira.
- Identificar a abordagem étnico-racial .no projeto político pedagógico da escola
- Analisar as concepções da gestão escolar acerca das relações étnico-raciais e da Educação antirracista

Para alcance dos objetivos foi realizada uma pesquisa do tipo documental na qual consistiu na análise da abordagem étnico racial e do artigo 26-A no Projeto Político Pedagógico escolar. Para além da análise, foi realizada uma entrevista com profissional que compõe a equipe de gestão do estabelecimento de ensino a fim de verificar o papel que estes profissionais atribuem ao PPP como instrumento de promoção de uma escola antirracista.

O trabalho foi organizado em 4 capítulos, a saber:

- Capítulo 1 – Encontros e Desencontros: Raça, Racismo e Políticas Educacionais: apresenta os conceitos e definições conectados com a educação para as relações étnico-raciais.
- Capítulo 2 – Desigualdades entre Brancos e Negros no Brasil: O segundo capítulo tem caráter de fundamentação, justificativa e relevância do tema,

nesse sentido ele apresenta indicadores sociais (e análise) os quais evidenciam a situação díspar entre brancos e negros na sociedade brasileira.

- Capítulo 3 – Resultados da Pesquisa - o terceiro e último capítulo tem por trás uma análise do Projeto Político Pedagógico escolar à luz de uma educação antirracista: O terceiro e último capítulo apresenta, à luz da temática, a análise do Projeto Político-Pedagógico e da entrevista realizada com integrante da gestão do estabelecimento escolar localizado na cidade do Gama-DF.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O procedimento metodológico adotado foi a análise documental, nesse sentido Lüdke e André (1986) afirmam: “A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Conceitos Fundamentais

Para a concretização dos objetivos propostos o estudo terá como base a pesquisa qualitativa. Para Minayo (1994) a pesquisa qualitativa:

aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 1994, p. 22).

O estudo se utilizou ainda da entrevista semiestruturada para a coleta de informações, pois nela o entrevistador tem liberdade para conduzir cada situação. Além do mais, permite explorar mais amplamente determinadas questões em todo o processo pelo seu caráter flexível.

Segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 278), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados

satisfatórios e informações necessárias” e tem como objetivo compreender as perspectivas e vivências do entrevistado.

No que se refere as entrevistas semiestruturas elas “se desenrolam a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” (ANDRÉ e LÜDKE, 1986).

Etapas da pesquisa

A pesquisa se divide em três partes, a saber:

- a) Revisão conceitual e bibliográfica;
- b) Apresentação de alguns dados estatísticos sobre a população negra;
- c) Análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola de Ensino Fundamental localizada na Região Administrativa do Gama, Distrito Federal. Essa etapa consistiu em verificar se e em que medida a abordagem das Relações Étnico Raciais e da Educação antirracista estão contempladas no PPP. Para tanto, esta fase se serviu da análise documental;
- c1) além da análise documental do projeto político pedagógico, fez-se a entrevista semiestruturada com uma integrante da equipe gestora da escola X (nome fictício para identificar o estabelecimento escolar em questão). Como instrumento de apoio se utilizou do roteiro de perguntas previamente elaboradas.

A escolha do Projeto Político Pedagógico

Em se tratando da relevância social que o assunto proposto no presente trabalho possui, entende-se, assim, que todo e qualquer projeto político pedagógico escolar pode ser objeto desta pesquisa, uma vez que ela tem como pretensão refletir sobre a abordagem da educação antirracista frente a proposta político pedagógica da escola. Compreende-se aqui que as reflexões sobre a temática se fazem necessárias em todo e qualquer estabelecimento de ensino, independente, do tratamento que ele tem dado (e se tem dado) a questão étnico-racial e educação antirracista.

Diante do exposto, os três critérios utilizados para escolha do projeto político pedagógico foram:

- a) *Acesso*: pelo critério, optou-se pela escolha de um projeto político pedagógico disponível para consulta no site oficial da Secretaria de Educação do Distrito Federal;
- b) *A região Administrativa*: No sentido de viabilizar a fase posterior da análise do documento em questão, optou pelo projeto político pedagógico de uma escola conhecida e de fácil acesso para a realização da entrevista com um integrante da gestão escolar;
- c) *O vínculo com o estabelecimento escolar*: por fim e não menos importante, a decisão pelo PPP da escola X do Gama, se deve ao fato de que a instituição fez parte do meu processo formativo, nesse sentido, enquanto pessoa negra, ter o PPP da escola da qual fui estudante como objeto da minha pesquisa e visitar o estabelecimento com intuito de contribuir para reflexão acerca das relações étnico raciais e educação, frente a proposta político pedagógica da escola é algo muito significativo.

Apresentação didática do percurso da pesquisa

Com o objetivo de apresentar a lógica do percurso da pesquisa, seguem os capítulos, respectivos objetivos e problematizações levantadas quanto aos seus conteúdos (exceto o capítulo referente a metodologia) no sentido de não necessariamente buscarmos respostas, mas sobretudo refletirmos sobre o material encontrado.

Capítulos	Objetivos	Problematizações
1	Apresentar alguns conceitos e definições que cercam a temática étnico racial	Em que medida os conceitos que cercam a temática étnico racial contribuem para a compreensão sobre o enfrentamento das desigualdades raciais?
2	Apresentar indicadores sociais da população negra brasileira.	Em que medida as estatísticas apresentadas ajudam a compreender a situação de homens, mulheres, negros(as) e brancos(as) em nosso país
3	Identificar abordagem étnico-racial .no projeto político pedagógico da escola; Analisar as percepções da gestão escolar acerca das relações étnico raciais e Educação Antirracista.	Qual a visibilidade dada a temática étnico-racial e educação antirracista no projeto político pedagógico de uma escola de Ensino Fundamental do Gama-DF? Existem ações que tratem da temática? O que pensar o gestor sobre a educação antirracista?

CAPÍTULO 1 – ENCONTROS E DESENCONTROS: RAÇA, RACISMO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Iniciaremos a nossa reflexão do primeiro capítulo levantando uma questão para fins de reflexão, sendo assim, em que medida conceitos que cercam a temática étnico racial contribuem para a compreensão sobre o enfrentamento das desigualdades raciais?

As desigualdades sociais no Brasil coexistem com o racismo presente ao longo da nossa própria história. As disparidades entre brancos e negros quanto as oportunidades e acesso a direitos são notadamente verificadas, marcando cotidianamente a população negra que fica à margem da sociedade. Isso tudo é historicamente o reflexo de uma dinâmica de desqualificação da pessoa negra.

Do ponto de vista biológico, o conceito de raça inexistente, todas as pessoas pertencem a uma única raça: a Humana, sendo assim, cientificamente, as diferenças físicas entre os seres humanos, sejam elas quais forem, não criam nenhuma subcategoria da espécie humana.

Se para a ciência biológica o conceito de raça é inexistente, a divisão racial dos seres humanos está pautada em uma construção sociológica, resultado de um processo ideológico de hierarquização, e desse processo é que nasce o racismo que, motiva e fomenta a preconceito e a discriminação.

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual (THEODORO, 2013, p. 4).

Para Munanga (2004) “o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas”, e tal tendência baseada num constructo sociológico que vai determinar um grupo padrão, superior e o grupo, inferior., estabelecendo com isso, as relações de poder e dominação. Munanga destaca que o racismo:

É uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. (MUNANGA, 2004)

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão e conforme afirma Heringer (2002) “após a abolição, os ex-escravos tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente”. Os/as negros/as, até os dias de hoje continuam sendo postos/as em condições de inferioridade em relação aos papéis e espaços historicamente ocupados pelas pessoas brancas.

A ideia introjetada de que no Brasil não existem conflitos raciais é o resultado da difusão no imaginário das pessoas do mito da democracia racial, democracia está construída e sustentada a despeito do processo de escravidão ocorrido em nosso país e também do pós abolição até os dias atuais, ao se verificar realidade discrepante da população negra em relação aos brancos.

Vale ressaltar que a ideia da existência de uma democracia racial já se fundia na década de 20 “de que o Brasil era uma sociedade sem ‘linha de cor’, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza e prestígio” (Guimarães, 2002:139, apud Heringer, 2013, p.58).

Garcia (2007) destaca:

(...) o Brasil é uma nação de população mista. Para a construção de um Brasil moderno, o discurso da igualdade emerge nas décadas de 20 e de 30, negando a estrutura de discriminação histórica brasileira. Em seu lugar erige-se o mito da democracia racial, da “Fábula das três raças” – convivência pacífica entre brancos, negros e índios (..) Neste universo, experiências históricas de segregação e discriminação foram camufladas, senão, desconsideradas, seja pelo poder público, pela mídia, por parte da intelectualidade brasileira e, conseqüentemente, se tornaram imperceptíveis para a maioria da população. (GARCIA, 2007, p. 39)

No contraponto do mito da democracia racial se verifica a presença firme dos movimentos sociais ocupando espaços significativos no processo de superação das desigualdades sociais. O movimento negro é um exemplo que, intrinsecamente, luta por uma sociedade antirracista. Domingues (2007) descreve assim a luta do movimento:

(...) a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e

das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (p.101).

Diante da realidade histórica da população negra é natural que ela diretamente e/ou por quem a represente reivindique por políticas públicas que venham atender as suas demandas as quais incluem o combate ao preconceito racial; o acesso a direitos e oportunidades historicamente negados ou reduzidos em relação ao da população branca, entre outros.

Souza (2003) ao tratar de políticas públicas afirma não existir uma única ou melhor definição para o termo, sendo assim, a autora apresenta algumas definições à luz de diferentes teóricos:

Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2003, p.12)

A autora afirma que “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. ” (SOUZA, 2003, p.13). A sociedade de modo geral demanda por políticas públicas que venham a atender suas demandas econômicas, sociais, políticas entre outras, os governos, por sua vez, possuem um conjunto de interesses que eles defendem e pelo qual trabalham.

Nesse sentido, as políticas públicas são formuladas, implementadas, monitoradas, avaliadas e extintas considerando as relações de poder dos grupos sociais envolvidos e os seus respectivos e diferentes interesses os quais podem ser afetados e/ou influenciar, direta ou indiretamente esse processo.

Diante do exposto e, conforme afirma Shiroma (2011), as políticas públicas, “particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas pressões e

conflitos entre elas. Assim não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente empregadas no decurso dos conflitos sociais”.

Vale ressaltar, por exemplo, segundo Gomes (2012) até a década de 1980 a luta do movimento negro no que diz respeito ao acesso a educação, “possuía um discurso universalista”. Contudo, o discurso e reivindicações foram mudados na medida em o movimento foi constatando que as políticas educacionais não atendiam a população negra. Ainda conforme afirma o autor, “foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical”.

Os anos 1990, por sua vez, significaram um período de profundas mudanças no Brasil calcadas em ideais neoliberalistas com a efetivação da privatização, da desregulamentação, a flexibilização e defesa do Estado mínimo. Tais transformações bem como as ingerências de organismos multilaterais internacionais impactaram também a educação brasileira.

Os anos de 1990 foram palco de efervescência social, política e econômica nacional e internacional. A América Latina passou, nesse momento, por ampla reforma constitucional. Em meio às pressões das políticas neoliberais, os movimentos sociais buscavam a reconstrução do Estado democrático de direito depois das duas décadas de autoritarismo, de meados da década de 1960 a meados da de 1980. As reformas constitucionais de alguns países, à época, trouxeram como novidade a concepção de sociedades e nações pluriétnicas e multiculturais (GUIMARÃES, 2003, citado por GOMES, 2012).

Vale ressaltar ainda que a atual Constituição Federal (CF) promulgada antes dos anos 1990, é um importante marco para toda a população afro-brasileira, sobretudo no que se refere a questão racial, A CF/88 tornou os “preconceitos de raça ou de cor” crime inafiançável e imprescritível.

A lei diz em seu artigo. 215 que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. ”

Em 1993 foi criado o Pré Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) organizado por moradores e professores de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. O PVNC consistia em possibilitar o acesso de negros e pobres ao ensino superior “procurando desenvolver um trabalho direcionado a um projeto de educação conscientizadora e inclusiva”.

Em 20 de novembro de 1995, ocorreu, em Brasília, a primeira Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. O ato reuniu cerca de 30 mil pessoas na defesa de políticas públicas para a população negra. A marcha marcou os 300 anos do assassinato de Zumbi (símbolo da resistência ao regime escravista e da consciência negra no Brasil).

No final da década de 1990 ocorreram conferências preparatórias para a formação da delegação brasileira para participação desta na Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em 2001, em Durban, na África.

Conforme afirma Gomes (2012), o Estado Brasileiro ao ser signatário do Plano de Ação de Durban, “reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para a sua superação. Entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho”.

Em 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Foram implementadas, ainda medidas de ações afirmativas em prol, do acesso, de estudantes negros, por meio das cotas, às muitas universidades públicas.

Em 9 de janeiro do mesmo ano foi promulgada a lei 10.639/03, que altera o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Nº9394/96), tornando obrigatória nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira (Lei 10.639/03).

Observa-se que a aplicabilidade da referida lei, implica em mudanças estruturantes - ocorre que na lógica política isso envolve um conjunto de atores e grupos sociais cujos interesses também políticos ora são convergentes, ora conflitantes – assim como há grupos sociais que trazem à tona a discussão sobre as relações étnico-raciais, há outros que desejam que essa questão ganhe mais invisibilidade.

É importante ressaltar que antes a questão da diversidade cultural era abordada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de número 9394/96 em seu artigo 26, parágrafo 4º, que estabelece que, “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. ” (BRASIL, 2007, p. 23).

A temática é também um dos temas transversais propostos, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), no que delibera sobre a Pluralidade Cultural temas a serem trabalhados nos estados e municípios de modo que as escolas possam cumprir sua função social. OS PCN's destacam no conjunto de suas proposições ali expressas que o sistema educacional se organize de modo a garantir:

Que sejam respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. (BRASIL, PCN, 1997, p. 13).

Contudo tanto a LDB 9394/96, quanto os temas transversais não tinham um caráter de obrigatoriedade. Já a Lei nº 10.639/03 que altera o artigo 26 da LDB, se destaca pelo seu caráter compulsório às escolas públicas e particulares para a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

A Diretrizes Curriculares Nacionais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) documento publicado em 2004 que em suma tem em seu conteúdo, as diretrizes que orientam a inserção da temática afro-brasileira, a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como a de educação de relações étnico-raciais. Movimento negro, religiosidade africana e afro-brasileira, diáspora africana, literatura, música afro-brasileira e africana, história do negro no Brasil são exemplos dos conteúdos a serem trabalhados no currículo escolar.

Em 2006 o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), publicou o documento intitulado Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, o material é por sua vez:

Resultado de grupos de trabalho constituídos por vasta coletividade de estudiosos(as), especialmente, educadores/as, contando com cerca de 150 envolvidos(as). O trabalho foi construído em jornadas (Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis e Brasília), nas quais se formaram grupos de trabalho, e em reuniões das coordenadoras dos referidos GTs, entre dezembro de 2004 e junho de 2005. O processo incorporou, ainda, a redação de várias versões dos textos e passou por uma equipe de revisão e sistematização do conteúdo. O texto de cada grupo de trabalho se dirige a diversos agentes do cotidiano escolar, particularmente, os(as) professores/as, trazendo, para cada nível ou modalidade de ensino, um histórico da educação brasileira e a conjunção com a temática étnico-racial, adentrando na abordagem desses temas no campo educacional e concluindo com perspectivas de ação. (BRASIL, 2006, p. 13)

O documento “busca cumprir o detalhamento de uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial, em correlação com a faixa etária e com situações específicas de cada nível de ensino. ” Nesse sentido o documento se coloca como “instrumento para a construção de uma sociedade antirracista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial”. Visa, portanto, enquanto proposta, impulsiona reflexões e ações diretamente no cotidiano da escola, no que tange o tratamento da temática étnico racial.

Ainda no campo da política educacional no âmbito do DF vale destacar que em 2013, o governo do Distrito Federal (DF), por meio da Secretaria da Secretaria de Educação tornou público o documento intitulado “Currículo em Movimento” no qual reafirma seu compromisso com a educação pública de qualidade do DF, ” compreendendo a Educação Básica como

[...] direito indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, APUD DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 10).

Nesse sentido, o currículo deve ser entendido como um caminho a ser percorrido no âmbito da educação institucionalizada inclui matérias a serem ensinadas durante toda a trajetória escolar/acadêmica, os tópicos que serão abordados em cada matéria/disciplina, as competências que o estudante deve dominar ao final de cada etapa entre outras questões.

O Currículo em Movimento destaca:

Precisamos estar dispostos a questionar nossos saberes e nossas práticas pedagógicas; a discutir a função social da escola e o aligeiramento dos saberes; a romper com a concepção conservadora de ciência e currículo e de fragmentação do conhecimento; a reinventar-nos, compreendendo que a educação é construção coletiva. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 19).

No item “Diversidade” o Currículo em Movimento considera entre outras questões, as relações étnico-raciais oportuna e necessária, carente de uma

abordagem de forma conjunta a outras temáticas também importantes, tais como gênero, diversidade sexual.

Entende-se que a temática étnico-racial e a educação antirracista estão amplamente contempladas na legislação e a sua aplicabilidade é, de forma, significativa, um importante caminho de mudança em prol do conhecimento e compreensão sobre a valorização e respeito das relações raciais; da desconstrução do mito da democracia racial; do combate ao preconceito que envolve as questões raciais em nossa sociedade; e do desfazimento da visão estereotipada que se tem a respeito da história dos povos e culturas do continente africano. Diante do exposto, entende-se que o presente trabalho possibilita a reflexão sobre a importância da discussão cotidiana e aprofundada sobre a temática. Nesse sentido, apresentam-se a seguir os desdobramentos metodológicos os quais a pesquisa se utilizou.

CAPÍTULO 2 – DESIGUALDADES ENTRE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo apresentar indicadores sociais da população brasileira, em especial, segundo cor/raça. Nesse sentido, a questão a ser levantada para a nossa reflexão é a estatística sobre a situação da população negra no Brasil, se reflete a existência do racismo em nossa sociedade.

Além de disponibilizar para especialistas, pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um panorama das desigualdades cor/raça Brasil, por exemplo, e cor/raça e sexo, os indicadores tais como educação, mercado de trabalho, segurança, entre outros possibilitam, ainda, reflexões sobre como enfrentar as desigualdades raciais em nosso país e servem de apoio ao Estado e à sociedade nos diferentes âmbitos das políticas públicas.

A formulação, ou reformulação, das políticas públicas parte da análise de dados estratégicos para a compreensão da dinâmica das relações sociais na perspectiva de raça/cor, e para o reconhecimento da discriminação racial como mecanismo que limita o acesso às oportunidades a uma parcela da sociedade brasileira. Além disso, os dados (e a interpretação deles) é um passo para o entendimento sobre a importância de se lutar cotidianamente por uma sociedade antirracista.

Construído com base na escravidão o Brasil é de fato racista, verificável em todo o país, logo, o reconhecimento dessa realidade é um passo importante para se pensar em possíveis mudanças em e para a nossa sociedade. Ideologias e práticas racistas são, cada vez mais, combustíveis para a manutenção da falácia de uma democracia racial e da dissimulação social frente as questões étnico-raciais em nosso país.

Os dados denunciam realidades discrepantes entre negros e brancos no Brasil, vivemos historicamente uma realidade pautada nas desigualdades que se fundam na prática do racismo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua última publicação do censo demográfico - Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência, divulgado 2010, apresenta resultados referentes às características gerais da população, que envolvem a situação do domicílio, sexo, idade, cor ou raça, religião, e pessoas com deficiência.

No sentido de compor informações que subsidiem as reflexões sobre a temática proposta no presente trabalho, sua relevância e centralidade para o campo da educação, para além de atender a já anunciada determinação legal, a lei 10.639/03 que altera o artigo 26 da LDB, serão apresentados alguns dados sobre cor/raça da população brasileira, segundo sexo, situação de domicílio, grau de instrução, entre outros.

Entende-se, a partir dos dados pesquisados que, por meio deles é possível compreender, a realidade da população negra no Brasil bem como refletir sobre quais, como e porque esse grupo social ocupa, majoritariamente, determinados papéis em nossa sociedade.

Pretende-se, ainda trazer para o campo da reflexão a importância e o reconhecimento da real necessidade da valorização e enaltecimento da pessoa negra, principalmente enquanto sujeito de direitos historicamente resguardados às pessoas brancas.

A tabela a seguir, especificamente, apresenta dados sobre a população brasileira por cor ou raça, segundo os grupos de idade. Vale ressaltar, para fins de análise dos dados, que o IBGE classifica a população negra o grupo de pessoas autodeclaradas preta e/ou pardas.

Tabela 01 - População por cor ou raça, segundo os grupos de idade - Brasil - 2010

Grupos de idade	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	190 755 799	90 621 281	14 351 162	2 105 353	82 820 452	821 501	36 051
0 a 4 anos	13 806 733	6 670 322	644 630	121 187	6 267 785	101 255	1 555
5 a 9 anos	14 967 767	6 534 658	873 646	138 700	7 319 952	98 864	1 948
10 a 14 anos	17 167 135	7 168 453	1 132 727	160 636	8 607 040	96 078	2 201
15 a 19 anos	16 986 788	7 286 174	1 239 108	176 196	8 201 111	82 044	2 154
15 a 17 anos	10 353 865	4 378 066	747 651	104 193	5 071 877	50 749	1 330
18 e 19 anos	6 632 922	2 908 109	491 457	72 003	3 129 234	31 295	824
20 a 24 anos	17 240 864	7 746 080	1 364 950	203 875	7 848 811	72 262	4 888
25 a 29 anos	17 102 917	7 910 554	1 430 588	203 658	7 487 766	64 453	5 899
30 a 39 anos	29 632 807	13 880 038	2 510 805	340 873	12 786 924	106 416	7 750
40 a 49 anos	24 843 143	12 349 182	2 050 680	265 309	10 096 717	76 868	4 387
50 a 59 anos	18 418 755	9 622 811	1 510 144	205 292	7 022 637	55 043	2 828
60 a 69 anos	11 356 075	6 121 996	902 996	155 474	4 136 235	37 713	1 661
70 anos ou mais	9 232 815	5 331 014	690 888	134 154	3 045 474	30 505	780

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Com a adaptação.

Considerando a legislação educacional, em específico, a lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006 que altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, observa-se, a partir dos dados da tabela 1, que 52,% do total da população de 5 (cinco) a 14 (quatorze) anos de idade é composta por negros (IBGE, 2010), ainda assim, sabemos que esse percentual não significa necessariamente que esse contingente ocupe as cadeiras escolares em nosso país.

Verifica-se que a soma de pessoas negras ou indígenas, por grupo de idade (de 0 a 4 anos até o grupo de 40 a 49 anos) constitui maioria em relação as pessoas brancas e/ou amarelas.

Os dados apresentados na tabela 1 acima permitem concluir, ainda, que a partir do grupo de idade de 50 a 59 anos em diante o quantitativo de pessoas negras diminui em relação ao número de pessoas brancas.

A partir da referência dessa idade supracitada quanto maior for a faixa etária, menor é a quantidade de pessoas autodeclaradas pretas, pardas, assim, do total de indivíduos de 50 a 59 anos 53% são de brancos e 46% de negras (pretos e pardos), já no grupo de 59 a 69 anos de idade o percentual é de 55,2% composto por brancos e, 44,7% composto por negros.

Por fim, para o grupo de 70 anos ou mais os autodeclarados brancos compõem 59% e os negros 41%. Portanto, uma maior quantidade de pessoas brancas atinge os 70 anos de idade.

Ainda segundo os dados IBGE (2010) referentes a situação de domicílio da população brasileira segundo sexo, cor ou raça, observa-se que do total de 160.934.649 pessoas residentes em área urbana, 49,6% são compostas por pessoas autodeclaradas brancas e 49% por pessoas autodeclaradas negras.

2.1 - Nível de Instrução

A tabela 2 abaixo apresentará os dados do Brasil referentes as pessoas com 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo, segundo o nível de instrução e a cor ou raça.

Tabela 2 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, por grupos de idade e sexo, segundo o nível de instrução e a cor ou raça - Brasil - 2010

Nível de instrução e cor ou raça	Pessoas de 15 anos ou mais de idade								
	Total	Sexo		Grupos de idade					
				15 a 24 anos			25 anos ou mais		
				Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
Total	144 814 164	70 030 586	74 783 578	34 227 651	17 185 273	17 042 378	110 586 512	52 845 313	57 741 199
Branca	70 247 849	33 166 853	37 080 996	15 032 254	7 405 920	7 626 334	55 215 595	25 760 934	29 454 661
Preta	11 700 159	6 036 911	5 663 248	2 604 058	1 376 873	1 227 185	9 096 101	4 660 038	4 436 063
Amarela	1 684 830	749 590	935 239	380 071	168 756	211 315	1 304 759	580 834	723 924
Parda	60 625 675	29 798 459	30 827 216	16 049 921	8 150 706	7 899 215	44 575 754	21 647 753	22 928 001
Indígena	525 303	260 445	264 859	154 306	78 624	75 682	370 997	181 821	189 177
Sem declaração	30 347	18 327	12 020	7 042	4 395	2 647	23 306	13 933	9 373
Sem instrução e fundamental incompleto	65 043 145	32 989 004	32 054 142	10 577 039	6 150 854	4 426 185	54 466 106	26 838 149	27 627 957
Branca	26 392 262	12 882 446	13 509 815	3 378 349	1 951 879	1 426 470	23 013 912	10 930 567	12 083 345
Preta	6 204 534	3 338 593	2 865 941	1 007 370	609 163	398 207	5 197 164	2 729 430	2 467 734
Amarela	641 559	298 682	342 878	103 581	54 600	48 982	537 978	244 082	293 896
Parda	31 424 616	16 276 266	15 148 350	5 987 008	3 482 063	2 504 945	25 437 608	12 794 203	12 643 405
Indígena	350 064	174 817	175 247	93 749	48 786	44 963	256 315	126 030	130 285
Sem declaração	30 111	18 200	11 911	6 982	4 363	2 619	23 128	13 837	9 291
Fundamental completo e médio incompleto	27 511 216	13 448 527	14 062 688	11 306 965	5 548 663	5 758 302	16 204 251	7 899 865	8 304 386
Branca	13 088 258	6 363 609	6 724 648	4 984 330	2 466 971	2 517 359	8 103 928	3 896 639	4 207 289
Preta	2 180 391	1 127 734	1 052 657	832 595	423 520	409 076	1 347 796	704 214	643 581
Amarela	297 513	128 400	169 113	121 091	51 404	69 687	176 422	76 996	99 426
Parda	11 866 240	5 788 731	6 077 509	5 332 593	2 588 358	2 744 234	6 533 647	3 200 373	3 333 274
Indígena	78 720	39 993	38 727	36 318	18 390	17 929	42 401	21 603	20 798
Sem declaração	95	60	34	38	21	17	57	40	17
Médio completo e superior incompleto	37 963 308	17 568 564	20 394 744	10 806 495	4 850 639	5 955 856	27 156 813	12 717 925	14 438 888
Branca	20 505 145	9 526 611	10 978 534	5 716 631	2 599 154	3 117 477	14 788 514	6 927 457	7 861 058
Preta	2 744 780	1 334 424	1 410 357	690 526	312 393	378 133	2 054 254	1 022 030	1 032 224
Amarela	469 849	199 964	269 886	133 754	54 397	79 357	336 095	145 566	190 528
Parda	14 166 824	6 470 485	7 696 339	4 244 051	1 874 548	2 369 503	9 922 773	4 595 938	5 326 835
Indígena	76 633	37 047	39 586	21 511	10 136	11 375	55 122	26 910	28 211
Sem declaração	76	34	42	21	11	11	55	23	32
Superior completo	13 463 757	5 634 092	7 829 666	1 001 741	377 616	624 125	12 462 016	5 256 475	7 205 541
Branca	9 871 362	4 209 974	5 661 388	708 819	269 252	439 567	9 162 543	3 940 722	5 221 821
Preta	507 583	206 479	301 104	36 621	14 361	22 260	470 962	192 118	278 844
Amarela	265 372	118 017	147 356	15 352	5 789	9 562	250 021	112 227	137 793
Parda	2 802 456	1 092 509	1 709 947	240 195	87 872	152 323	2 562 261	1 004 637	1 557 624
Indígena	16 918	7 080	9 838	754	342	413	16 163	6 738	9 425
Sem declaração	66	33	33	-	-	-	66	33	33
Não determinados	832 737	390 399	442 338	535 411	257 501	277 911	297 326	132 898	164 427
Branca	390 822	184 213	206 610	244 125	118 664	125 462	146 697	65 549	81 148
Preta	62 871	29 682	33 189	36 945	17 436	19 510	25 925	12 246	13 679
Amarela	10 535	4 528	6 007	6 293	2 566	3 727	4 243	1 962	2 280
Parda	365 539	170 468	195 072	246 075	117 865	128 210	119 464	52 603	66 862
Indígena	2 969	1 508	1 461	1 973	970	1 003	996	538	458
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A partir dos dados apresentados acima, é possível notar que mesmo com os avanços recentes no aumento da escolaridade da população negra (graças as políticas públicas educacionais e políticas de ação afirmativa, decorrentes sobretudo, da luta dos movimentos sociais, em especial, o movimento negro) ainda assim, o nível de instrução da população desta parcela da sociedade brasileira permanece aquém da registrada pela população branca.

Pessoas sem Nível de Instrução e Nível Fundamental Incompleto

Quanto ao nível de instrução, o total de pessoas entre 15 a 24 anos de idade, sem instrução e ensino fundamental incompleto somam um pouco mais de dez milhões de pessoas, 67% desse total são negros (autodeclarados pretos e pardos). Verifica-se, ainda, que as pessoas autodeclaradas negras com 25 anos ou mais de idade compõem 56,7% do total de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto no Brasil. Conclui-se, portanto, que os/as autodeclarados/as negros/negras compõe maioria da população que não concluiu o ensino fundamental na idade certa.

Os números permitem observar que 67,3% do total de um pouco mais de 6,1 milhões de homens com idade de 15 a 24 anos, sem instrução e ensino fundamental incompleto é composto por homens autodeclarados negros e 58% de cerca de 26,8 milhões de homens com 25 anos ou mais de idade e nível de instrução supracitado é composto também por autodeclarados negros.

As mulheres autodeclaradas negras compõem maioria das que não possuem instrução e ensino fundamental incompleto. Do total de mulheres com idade de 15 a 24 anos, sem instrução e ensino fundamental incompleto (4.426.186 pessoas), cerca de 66% é composto pelas autodeclaradas negras. Sobre o total com idade de 25 anos ou mais, sem instrução e ensino fundamental incompleto (27.627.957 pessoas) 55,1% é composto pelas autodeclaradas negras.

Ensino Médio Incompleto

Do total de pessoas com idade de 15 a 24 anos que possuem o Ensino Médio incompleto 54,8% é composto por pessoas autodeclaradas negras. Os dados do censo (2010) permitem observar, ainda, que 54,6% dos homens com idade de 15

a 24 anos e Ensino Médio incompleto é composto por autodeclarados negros e/ou indígenas enquanto 50,3% dos homens com 25 anos mais de idade é composto por autodeclarados brancos.

55% das mulheres com idade de 15 a 24 anos que possuem o Ensino Médio incompleto é composto por negras.

Ensino Médio completo e Nível Superior Incompleto

Os dados revelam ainda que no Brasil as pessoas autodeclaradas brancas, com idade de 15 a 24 anos possuem nível médio completo e iniciaram o ensino superior (54,1%) já os negros e indígenas 45%. Considerando a faixa de idade de 25 anos ou mais as pessoas brancas compõem maioria que possuem nível médio completo e superior iniciado (55,6%).

Dos homens com idade de 15 a 24 anos e que possuem nível médio completo e nível superior incompleto, 54% é composto por autodeclarados brancos. Aqueles que possuem idade maior que 25 anos, autodeclarados brancos, com o nível de instrução supracitado também compõe a maioria em nosso país (55,6%)

As mulheres autodeclaradas brancas com idade de 15 a 24 anos compõe 53,6% do total das que possuem o Ensino Médio completo e ensino superior iniciado. Aquelas que possuem idade maior que 25 anos, com este mesmo nível de instrução, cor/raça, também compõe a maioria em nosso país (55,7%).

Nível Superior completo

Segundo os dados do IBGE (2010) no Brasil 75% das pessoas que possuem nível superior completo são autodeclaradas brancas, isso implica em dizer que negros são minoria quanto ao acesso nas universidades do nosso país. Além disso a maioria das pessoas que possuem esse nível de escolaridade é composta por mulheres brancas (74%). Quanto aos homens que possuem nível superior 76% deles é composto por autodeclarados brancos.

A média de anos de estudo da população brasileira com idade de 7 ou mais anos, divulgado no Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) revelam também a disparidade existente entre negros e brancos.

Tabela 3 - Média de anos de estudo da população (7anos ou mais de idade), por sexo, segundo cor/raça - Brasil, 2011 a 2015

Cor/Raça	Total					Masculino					Feminino				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Total	7,0	7,2	7,3	7,4	7,5	6,8	6,9	7,0	7,1	7,3	7,2	7,4	7,5	7,6	7,7
Branca	7,8	8,0	8,1	8,2	8,3	7,7	7,9	7,9	8,1	8,1	7,9	8,2	8,3	8,4	8,5
Negra	6,2	6,4	6,5	6,7	6,8	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,5	6,7	6,8	7,0	7,1

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: IPEA/DISOC, com adaptação

A população negra é composta por pretos e pardos

População com 7 ou mais anos de idade

Verifica-se que a média de estudo da população autodeclarada negra é menor em relação a população autodeclarada branca e também menor que a média nacional. Ou seja, no Brasil, em que a maioria da população se autodeclara negra, tem os seus bancos escolares ainda hoje ocupados por mais tempo, por pessoas autodeclaradas brancas. Podemos inferir, por exemplo, que as pessoas autodeclaradas negras, uma vez marginalizadas no âmbito educacional, têm, conseqüentemente, dificuldades de ascender socialmente.

A tabela 4 mostra dados da população analfabeta de 15 anos ou mais de idade, segundo cor/raça - Brasil no período de 2011 a 2015. É possível identificar que em todo o período a população autodeclarada branca compõe minoria.

Tabela 4 - População analfabeta de 15 anos ou mais de idade, segundo cor/raça - Brasil, 2011 a 2015

Região	Cor/Raça	Total				
		2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	Total	12.904.190	13.262.493	13.231.714	13.062.355	12.771.640
	Branca	3.884.724	3.838.831	3.806.153	3.699.395	3.610.111
	Negra	9.019.466	9.423.662	9.425.561	9.362.960	9.161.529

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: IPEA/DISOC e Unifem

A população negra é composta por pretos e pardos

É possível constatar que nos quatros anos consecutivos a população negra compõe maioria no número de analfabetos/as, chegando, em 2015, ao total de 72%

de pessoas. Os dados até aqui apresentados mostram, notadamente, que a educação no Brasil para negros e brancos é desigual.

As estatísticas revelam que autodeclarados/as brancos/as concentram os melhores indicadores enquanto parcela da sociedade majoritariamente alfabetizada, que mais vai à escola e que consegue concluir os estudos. Verificamos que ainda somos ainda um país em que o maior número de analfabetos é composto por pessoas autodeclaradas negras.

2.2 Trabalho

A tabela abaixo mostra dados referentes as pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por cor ou raça, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal.

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por cor ou raça, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2010

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Total	86 353 839	43 176 598	7 051 887	989 222	34 844 364	291 506	263
Empregados	61 176 567	30 322 302	5 360 779	650 690	24 700 301	142 287	209
Com carteira de trabalho assinada	39 107 321	20 718 654	3 348 143	408 327	14 561 311	70 743	143
Militares e funcionários públicos estatutários	4 651 127	2 554 682	329 091	50 836	1 703 740	12 757	22
Sem carteira de trabalho assinada	17 418 119	7 048 966	1 683 545	191 527	8 435 250	58 787	44
Conta própria	18 529 011	9 730 492	1 274 454	242 006	7 215 822	66 216	19
Empregadores	1 703 130	1 292 369	42 961	39 145	326 644	2 011	-
Não remunerados	1 485 492	690 200	95 220	20 212	669 622	10 239	-
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3 459 638	1 141 235	278 473	37 168	1 931 975	70 752	34

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, com adaptação.

A partir dos dados apresentados acima é possível destacar algumas informações significativas sobre a posição na ocupação e categoria de emprego dos brasileiros. Verifica-se, por exemplo, que brancos/as compõem maioria quanto ao percentual: a) de empregados/as em nosso país (50,6%); b) com carteira assinada (54%); de militares e funcionários/as públicos/as estatutários/as (56%); de empregadores/empregadoras (78%) e que trabalham por conta própria (54%). Autodeclarados/as negros compõem maioria dos que não possuem carteira assinada (58%).

Quanto aos indicadores do mercado de trabalho, observa-se que, em alguns aspectos, as desigualdades raciais e a discriminação de gênero se cruzam e se intensificam. A situação da mulher negra evidencia essa dupla discriminação. O trabalho de negros/as é menos valorizado social e economicamente. Os dados a seguir nos permitem compreender sobre quem, majoritariamente, ocupa o trabalho doméstico no Brasil - possibilita, ainda, verificar as discrepâncias a partir também das intersecções das categorias cor/raça e sexo.

Tabela 6 - População Ocupada em Trabalho Doméstico, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Cor/Raça	Masculino					Feminino				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Total	494.722	501.359	472.215	514.644	519.992	6.206.177	5.978.941	5.963.976	5.939.240	5.755.600
Branca	200.675	201.154	182.383	199.323	207.434	2.398.100	2.167.674	2.171.041	2.081.133	2.008.289
Negra	294.047	300.205	289.832	315.321	312.558	3.808.077	3.811.267	3.792.935	3.858.107	3.747.311

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: IPEA/DISOC, com adaptação

A população negra é composta por pretos e pardos

População com 10 ou mais anos de idade

Os dados permitem concluir que nos períodos de 2011 a 2015 há mais homens e mulheres autodeclarados/as negros/negras ocupando trabalhos domésticos que homens e mulheres autodeclarados/as brancos/brancas. Se levarmos em conta as categorias raça e sexo, é possível observar, por exemplo, que as mulheres autodeclaradas negras compõem maioria no trabalho doméstico em relação aos homens autodeclarados brancos e, em relação também, as

mulheres autodeclaradas brancas. A tabela abaixo mostra as discrepâncias referentes a média de anos de estudos das mulheres autodeclaradas negras e autodeclaradas brancas:

Tabela 7 - Média de Anos de Estudo das Trabalhadoras Domésticas com 16 anos ou mais de idade, segundo Cor/Raça - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Cor/Raça	2011	2012	2013	2014	2015
Total	6,2	6,4	6,6	6,6	6,7
Branca	6,4	6,7	6,8	6,7	6,9
Negra	6,1	6,3	6,4	6,5	6,6

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: IPEA/DISOC, com adaptação

A população negra é composta por pretos e pardos

Nota-se, portanto, que para além do fato de que as mulheres negras constituem maioria no trabalho doméstico elas também são as que tem menos oportunidade de continuar seus estudos.

O quadro abaixo apresenta o rendimento médio mensal das trabalhadoras domésticas brasileiras.

Tabela 8 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2011 a 2015

Cor/Raça	Total				
	2011	2012	2013	2014	2015
Total	1.591,9	1.683,5	1.749,9	1.757,4	1.686,8
Branca	2.020,0	2.172,2	2.259,1	2.267,2	2.176,2
Negra	1.177,4	1.237,8	1.291,3	1.316,6	1.266,8

Elaboração: IPEA/DISOC, com adaptação

A população negra é composta por pretos e pardos

Rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

A mulheres autodeclaradas negras recebem em média, bem menos que as mulheres autodeclaradas brancas e também menos tempo que a média nacional. A partir dessa sequência de dados apresentada sobre o trabalho doméstico no Brasil, conclui-se que essa ocupação é posta em sua maioria às mulheres autodeclaradas negras que são cotidianamente marginalizadas quanto a questão da educação

formal e salarial, por exemplo. Verifica-se, portanto, o privilegio da mulher autodeclarada branca mesmo quando esta possui ocupação profissional dita e/ou considerada um subemprego.

Para além da discussão sobre a afirmativa de que o/a trabalhador(a) doméstico(a) é mal remunerado(a) precisamos refletir sobre de quem estamos falando, afinal. De todos? Todos quem? É necessária uma análise profunda, que considere o recorte gênero e raça/cor. Sobretudo são necessárias ações estruturais que resulte em mudanças, igualdade racial e justiça.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no setor doméstico (PED) de 2017, divulgada pela Secretaria do Trabalho, Mulheres, Desenvolvimento Social, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH-GDF), pela Companhia de Desenvolvimento (Codeplan –DF) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), revela que nos períodos de 2014, 2015 e 2016 as Mulheres autodeclaradas negras representam, respectivamente, 72,2%, 78% e 80%, das pessoas que ocupam as vagas de empregados(as) domésticos(as) no Distrito Federal. Vale ressaltar que a pesquisa considerou que o emprego doméstico engloba atividades tais como cozinheiro(a), babá, lavadeiro(a), faxineiro(a), governanta, vigia, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), motorista particular, caseiro(a) entre outras.

As estatísticas refletem as desigualdades entre negros e brancos quanto aos salários, renda, oportunidades, propriedade, entre outros. As marcas dessas discrepâncias determinam, historicamente, o perfil das classes sociais no Brasil.

Por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) publicou dados da população negra de Brasília e do DF, por região administrativa, extraídos do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Logo na carta de apresentação do documento o governo do distrital por meio da Codeplan reconhece que o racismo é algo institucionalizado em nossa sociedade

Embora a Constituição Federal estabeleça igualdade a todos os brasileiros e brasileiras, a história da população negra tem revelado a manutenção do racismo institucional e cotidiano, que fica evidente quando observados os locais onde esse público se concentra, bem como as faixas de rendimento entre negros e não negros [...]. (BRASÍLIA, 2014, p.6)

Vale ressaltar que para as análises realizadas e compõem o conteúdo do documento, “foram consideradas pessoas negras aquelas que se autodeclararam pretas ou pardas” A Codeplan incorporou a população indígena no grupo “negro” com base na seguinte justificativa “uma vez que sofre (os/as indígenas) de preconceitos e de exclusão em diversos contextos da sociedade, compartilhando de muitos capítulos históricos vividos pela população negra. ”

Segundo o documento, as informações nele publicadas “corroboram as constatações mencionadas acima, revelando a importância das iniciativas de valorização da cultura negra e de mudança de aspectos socioideológicos que permanecem mantendo essa parcela, que é a maior da população, em posição inferior na sociedade”.

A população autodeclarada branca do nosso país segue ocupando espaços de privilégio em nosso país, inclusive no mundo do trabalho no qual as ocupações de menos prestígio e mais desvalorizadas e baixos salários são destinados às pessoas negras.

2.3. Principais vítimas da violência

A população negra é também a maior vítima de violência, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) produziu e publicou o “Atlas da Violência” (2017) que analisa os números e as taxas de homicídio no país entre 2005 e 2015, por regiões, Unidades da Federação e municípios com mais de 100 mil habitantes. O estudo revela que “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. ”

De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (Desenvolvido pelo Programa de Redução da Violência Letal - PRVL)¹ que serve para estimar o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território, “o risco de um adolescente negro morrer por homicídio é quase três vezes superior ao dos adolescentes brancos.

¹ O Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL) é uma iniciativa do Observatório de Favelas, realizada em conjunto com o UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Risco Relativo por Raça é calculado a partir da razão entre as taxas de homicídios de adolescentes negros e brancos. O grupo de negros é composto pelo somatório de adolescentes denominados como pretos e pardos, já o grupo de adolescentes brancos é composto por brancos e amarelos. Para o cálculo do Risco Relativo por Cor/Raça, a taxa de homicídios dos negros é colocada como numerador e a taxa dos brancos como denominador. Os valores superiores a 1 revelam o maior risco de morte dos negros. Para o conjunto da população dos municípios de mais de 100 mil habitantes, o risco relativo por cor/raça foi de 2,88. Em suma, o risco de um adolescente negro morrer por homicídio é quase três vezes superior ao dos adolescentes brancos. (IHA, p. 53, 2104).

Com relação aos valores municipais, o documento revela que “em 196 municípios as taxas de homicídios para o grupo de negros são superiores e em apenas 76 municípios elas são inferiores”, conforme se apresenta a tabela abaixo.

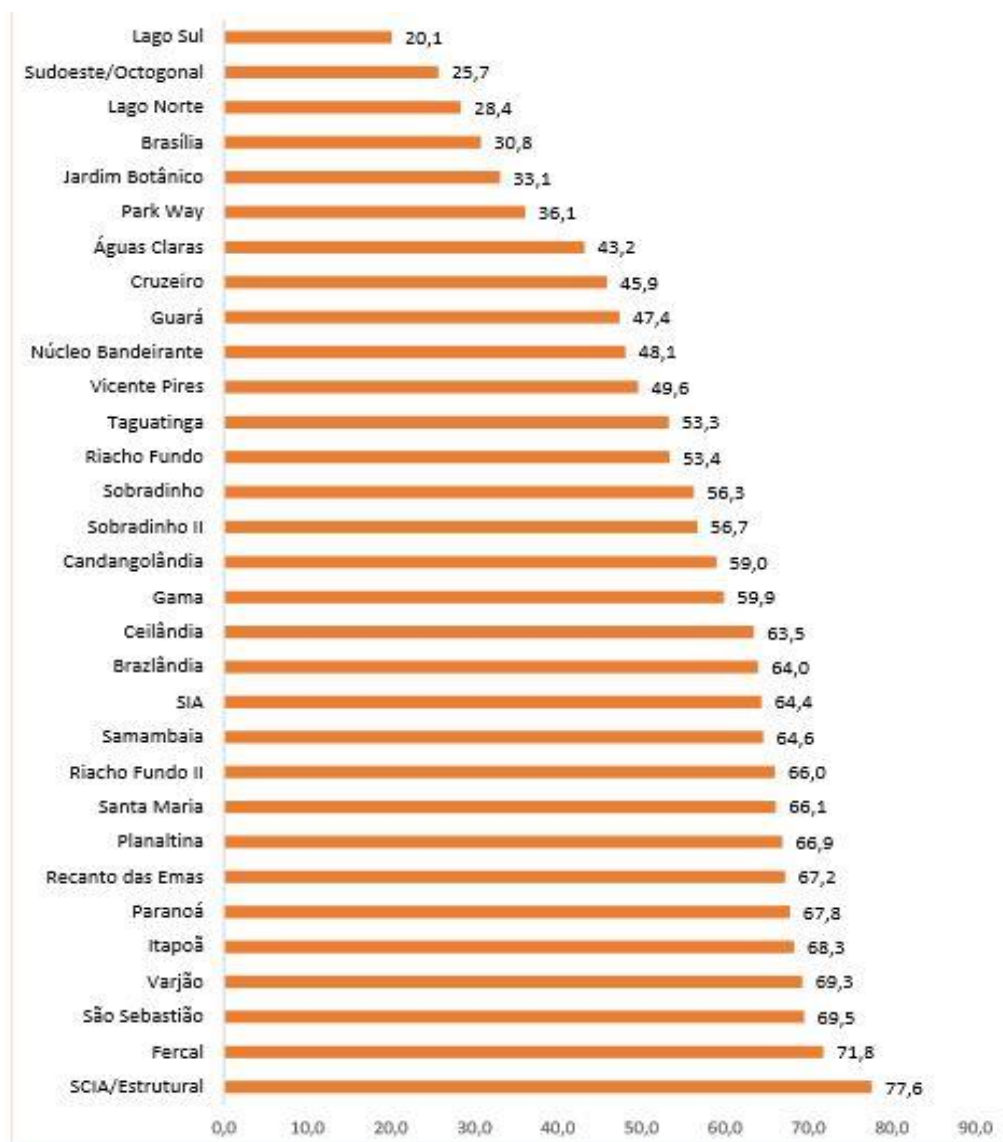
Tabela 9 - Risco Relativo de homicídio, 2014.

Risco Relativo de homicídio - Cor negro/branco	Municípios(N)
Menor para os Negros	76
Igual	6
Maior para os Negros	196
Sem Homicídios	22

Fonte: IHA 2014.

2.4 Distrito Federal

Os dados do DF contemplam as 31 (trinta e uma) regiões administrativas. De acordo com o documento, em 2010 a população do Distrito Federal (DF) era de 2,5 milhões de habitantes, desses, 56,2 % eram de autodeclarados negros/as. Vale destacar, que para efeito do estudo apresentado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal, negros “são aqueles que se autodeclaram pretos, pardos e indígenas”. A inclusão da população indígena nessa categoria é também justificada no referido estudo pelo entendimento de que essa parcela da sociedade, assim como a população negra, é também vítima de preconceitos e de exclusão. Os dados apresentados revelam disparidades explícitas traduzidas na prática em desigualdades sociais significativas entre pessoas autodeclaradas negras e as autodeclaradas brancas. O gráfico abaixo, extraído do estudo, apresenta o percentual de pessoas negras por região administrativa do DF.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas negras por região administrativa – Distrito Federal, 2010.

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010

Elaboração: Codeplan

A partir dos números apresentados é possível inferir que quanto mais elitizada é a região administrativa do DF, menor é o percentual de negros/as nessas localidades. O relatório conclui que “(...) a população negra tem se concentrado em locais conhecidos por seus altos índices de violência, pobreza, precárias condições de moradia e difícil acesso a bens e serviços.”

Outro dado importante apresentado pela Codeplan é em relação a população negra do Distrito federal segundo o sexo. O estudo aponta também as regiões administrativas em que o percentual de mulheres negras é maior. Em suma a população negra está concentrada majoritariamente nas regiões periféricas do Distrito Federal.

Tabela 10 - Maior percentual da população negra segundo o sexo – Distrito Federal, 2010

Região Administrativa	(%) Homens negros	(%) mulheres negras
SCIA/ Estrutural	78,5	76,8
Fercal	71,6	71,9
Varjão	70,8	68,1
São Sebastião	70,1	68,1
Itapoã	69,4	67,2

Fonte: Censo Demográfico – IBGE. 2010

Elaboração: Codeplan. Com adaptação da autora

Nas regiões mais elitizadas a população de homens negros e mulheres negras é menor que a de homens brancos e mulheres brancas. Verifica-se, portanto, a existência de assimetrias regionais e das desigualdades raciais e de gênero no Distrito federal que seguem a lógica nacional. As regiões administrativas mais elitizadas estão mais providas de infraestrutura e segurança se comparadas a cidades periféricas onde está concentrada a população negra e posta, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade.

O mercado de trabalho também é espaço de discriminação racial no DF, ela se manifesta de diferentes formas, tanto no que diz respeito as oportunidades quanto as posições ocupadas pelas pessoas negras, conforme foi discutido anteriormente, portanto, cada vez mais, torna-se necessária a elaboração e divulgação de estudos que traçam, no âmbito do Distrito Federal, a realidade da pessoa negra no mundo do trabalho. O estudo publicado pela Codeplan não contempla este quesito.

No Brasil de modo geral verificam-se para além das diferenças salariais por cor/raça, as situações ocupacionais desiguais entre negros/as e brancos/as. Estudos nessa área e quaisquer outras que se fazem necessárias para a população negra subsidiam ações em prol do desenvolvimento e implementação de políticas públicas que venham atender demandas específicas a essa parcela da sociedade no sentido de possibilitar efetivamente transformação social e (re)inserções desse grupo em papéis historicamente ocupados por pessoas brancas.

2.5 Algumas reflexões

Construído com base na escravidão o Brasil ainda é estruturalmente racista. Tal realidade se verifica nos quatro cantos desse país, portanto, o reconhecimento desse fato é um passo importante para se pensar em possíveis mudanças em e para a nossa sociedade. Ideologias e práticas racistas são, cada vez mais, combustíveis para a manutenção da falácia de uma democracia racial e da dissimulação social frente as questões étnico-raciais em nosso país. Os dados denunciam realidades discrepantes entre negros e não negros no Brasil. Vivemos historicamente uma realidade pautada nas desigualdades que se fundam na prática do racismo. Isso se verifica também no Distrito Federal.

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. No entanto, os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da população negra, revelam que tal situação não existe de fato. Todavia, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. (GOMES, 2005, p.57).

Para Gomes (2005) o mito da democracia racial “pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.”

Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo. Outras vezes, mesmo que as pessoas e o próprio poder público tenham conhecimento da distorção presente no discurso da harmonia racial brasileira, usam-no política e ideologicamente, argumentando que não existe racismo no Brasil e, dessa forma, julgam que podem se manter impassíveis diante da desigualdade racial.

As desigualdades entre negros/as brancos/as é uma realidade histórica no Brasil raça/cor é elemento utilizado para estruturar as posições a serem ocupadas pelas pessoas em uma sociedade pautada no racismo.

Diante do exposto é preciso refletirmos cotidianamente sobre a realidade da população negra no Brasil. Não é intenção deste trabalho descortinar todas as questões que colocam o povo negro em posições de desprestígio e inferioridade em

nosso país, mas é fundamental assumirmos que o racismo é realidade e que representações hegemônicas sobre o(a) negro(a) internalizadas ao longo de toda a nossa história na memória das pessoas demarca o lugar do(a) negro e do branco na sociedade, lugar este (re)produzido na mídia, nas novelas, nas posições de direção, confiança e prestígio.

O fato é que o fim da escravidão não significou a inserção do negro na sociedade. Os dados detectam o racismo em nosso país, historicamente entranhado em nossa sociedade. Observamos a lógica de exclusão existente em nosso cotidiano, negros postos em posições subalternas, no setor de subsistência em atividades mal remuneradas, em situação de marginalidade social. O período que antecede a este, o da escravização, propriamente dito, se traduziu sobretudo em processos de desumanização e na criação de estereótipos e estigmas a respeito da pessoa negra.

No sentido de retomar a pergunta feita no início deste capítulo, as estatísticas apresentadas ajudam a compreender a situação de homens, mulheres, negros/as e brancos/as em nosso país? Na medida em que elas, por exemplo, apresentam indicadores que revelam a realidade desses grupos quanto aos seus acessos a educação, bens materiais, mercado de trabalho, saúde, infraestrutura urbana e habitação, entre outros.

As desigualdades são notadamente verificadas entre brancos e negros em nosso país, decorrem de processos de hierarquização a partir da ideologia de raça e, por sua vez, da reprodução da mentalidade e de comportamentos discriminatórios construídos a respeito de homens e mulheres negras. A mudança de mentalidade, pode ocorrer, inicialmente, em nós admitirmos o racismo como realidade inegável e maléfica, que deve ser combatida em prol de uma sociedade mais justa.

A compreensão do racismo como realidade incontestável e o entendimento sobre a necessidade de combatê-lo a partir da mudança de mentalidade devem permear as mais diferentes instâncias sociais, sobretudo, as famílias e as instituições educacionais formais, estas últimas atuando de forma coletiva e democrática para a construção e, ao mesmo tempo, vivência de uma educação antirracista.

Conhecer como se configura a realidade da população negra nos permite refletir, entre outras questões, sobre quais papéis e contextos as pessoas negras

estão “(Des)inseridas”, sobretudo, refletir criticamente sobre como e por que se dá essa (Des)inserção”.

No âmbito das políticas públicas, o conhecimento sobre o perfil da população negra possibilita a discussão sobre a necessidade de implementação de políticas específicas que venham atender efetivamente as demandas dessa parcela da população.

Yannoulas (2012) ao tratar sobre “Educação e Pobreza”, faz um levantamento das produções acadêmicas referente ao assunto. Um de seus objetivos era “analisar as questões de gênero, raça/cor e classe social (identificação e consideração) envolvidas na relação entre situação de pobreza e educação formal nessa produção científica. ” Assim, a partir do vocábulo “educação e pobreza” realizou-se a busca pelas produções em bases abertas controladas. Nelas foram identificadas 11 teses e 22 dissertações, totalizando 33 produções acadêmicas, que segundo a autora, contemplaram a temática principal da pesquisa.

A partir do estudo de Yannoulas, verifica-se que nas produções selecionadas a questão racial é mencionada de forma superficial “sendo apresentada apenas como um recorte em indicadores estatísticos, em especial aqueles que são associados a questões de escolaridade e mercado de trabalho. ” Desses artigos, um chamou a atenção da autora:

(...)um ensaio que busca discutir a política de identidade que está sendo proposta no Brasil com o fim de combater o racismo, pretendendo também refletir sobre o significado da racialização das políticas públicas e dos nossos costumes. (YANNOULAS, 2012, p.342).

Yannoulas destaca que “quanto aos estudos desenvolvidos em torno da tematização da relação entre educação formal e situação de pobreza raça/cor é a categoria considerada mais frágil comparadas as de gênero e classe social (p.342).

Podemos inferir, por exemplo, que os governos que se valem também da produção acadêmica no sentido desta servir de apoio para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, inclusive as de ação afirmativa, portanto, pesquisas que tratam de educação e pobreza e não fazem essa intersecção com a categoria cor/raça (dando atenção que a questão merece) pecam em suas bases e apresentam limitações científicas e afetam, significativamente, a população negra e por quem ela é representada no cenários das políticas públicas brasileiras.

A superficialidade (ou invisibilidade) no tratamento dessa questão nas pesquisas acadêmicas, afetam, no âmbito educacional, o currículo, o projeto político pedagógico, o cotidiano escolar, as ações pedagógicas as relações ali existentes, entre outros.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS DA PESQUISA

Diante do exposto este capítulo assume a questão racial como central e apresentar os resultados obtido da análise do Projeto Político Pedagógico acerca da abordagem étnico racial e educação antirracista, e traz também a análise de entrevista por meio da qual se buscou compreender as percepções da gestão escolar sobre a temática racial no PPP e na rotina escolar. Para a nossa reflexão sobre os resultados apresentados retomamos as seguintes questões: Qual a visibilidade dada a temática étnico-racial e educação antirracista no projeto político pedagógico de uma escola de Ensino Fundamental do Gama-DF? Existem ações que tratem da temática? O que pensar o gestor sobre a educação antirracista?

3.1 O Projeto Político Pedagógico da escola de Ensino Fundamental do Gama-DF: (In)visibilidade frente a educação antirracista

A escola não constitui um espaço homogêneo, no qual os sujeitos escolares sejam pertencentes a uma única identidade cultural² - é necessário, portanto, que as instituições educacionais identifiquem as pluralidades que ali se apresentam e valorizem a diversidade por meio de seus programas, projetos e ações expressos, inclusive, no Projeto Político Pedagógico, de modo que o mesmo esteja cada vez mais próximo do que se manifesta na comunidade escolar. Santos e Andrade (2012) ressaltam em relação a lei 10639/03:

(...) Embora a Lei nº 10639/03 constitua um progresso, em termos de possibilidade de acesso aos conhecimentos sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, sua aplicação demanda maiores esforços e investimentos. Iniciativas, como cursos específicos de formação de professores e a publicação de textos de apoio, compõem apenas o passo elementar necessário, e é fundamental levarmos a sério as obsecras dos próprios educadores que se veem incumbidos de enfrentar os desafios que

² Ler: OLIVA, Anderson Ribeiro e GARCIA-FILICE, R.C. “**Identidades em construção, pluralidade cultural, o ensino de história africana e a educação étnico-racial, diálogos necessários**”. In: Educação para as relações etnicorraciais / Orgs: MORES, C. C. P; LISBOA, A.S; OLIVEIR, L. F./ autores: Allysson Fernandes ... [et al.];- 2. ed. – Goiânia: FUNAPE: UFG/Ciar, 2012. 402 p.

a educação para o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural nos coloca. (2012, p. 3573).

As pessoas são (re)construídas e se (re)constroem socialmente, num processo dinâmico de encontro e desencontros de suas diferenças manifestadas a partir da relação com as outro. As diferenças que constituem os seres humanos não devem ser percebidas como um problema, sobretudo, em suas instâncias formativas, tal como a escola, mas sim como ricas possibilidades de interações sociais em prol do respeito a diversidade e da luta contra toda a forma de preconceito.

Os seres humanos constroem as suas trajetórias de vida, a partir das suas relações sociais as pessoas carregam para o ambiente escolar as suas identidades culturais, seu modo particular de perceber e viver o mundo. A escola, por sua vez, deve ter o papel de reconhecer e valorizar os indivíduos e suas singularidades, sobretudo, em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e livre do racismo e de toda forma de preconceito.

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual (THEODORO, 2013, p. 4).

As instituições educacionais por estarem comprometidas com o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do ser humano, devem também se comprometer em (re)construir a autoestima dos sujeitos escolares e o sentimento de pertencimento de cada um deles, no conjunto de suas práticas pedagógica de modo que os alunos sejam partícipes do processo de desconstrução de toda prática racista no âmbito escolar e para além dele, e que isso resulte em relações efetivamente humanas, de respeito a todas as pessoas.

Desde a chegada do primeiro negro, até hoje, eles estão na luta para fugir da inferioridade que lhes foi imposta originalmente, e que é mantida através de toda a sorte de opressões, dificultando extremamente sua integração na condição de trabalhadores comuns, iguais aos outros, ou de cidadãos com os mesmos direitos. (RIBEIRO DARCY, 1995, p. 173).

A escola tem um importante papel de (re)construção do conhecimento, de valores e percepções de mundo. Conforme definido por Azevedo (2012, p. 7) o Projeto Político-pedagógico “é um plano geral para o futuro, com projetos sob reflexões e discussões de elementos básicos na construção educacional da instituição de ensino”, o mesmo pode ser entendido como um importante instrumento norteador da prática pedagógica, e, portanto, deve apresentar as suas intencionalidades a respeito frente a abordagem étnico racial e da educação antirracista no âmbito das atividades a serem desenvolvidas na vigência do PPP.

A escola cujo o Projeto Político Pedagógico é objeto deste trabalho, está localizada no setor oeste da Região Administrativa do Gama-DF (Escola X), funcionando nos três turnos (manhã, tarde e noite).

O estabelecimento escolar existe desde 1972 e atualmente possui cerca de mil e trezentos estudantes matriculados, atende, as séries finais do ensino fundamental; as turmas do Programa de Aceleração das Aprendizagens Escolares e o primeiro segmento da EJA.

O projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola X tem como “objetivo macro a instrumentalização de toda a comunidade escolar para a ação educativa, visando à melhoria de qualidade de ensino nesta Instituição. ” O documento destaca que o princípio da gestão democrática deve permear o trabalho desenvolvido pela escola fazendo com que a prática pedagógica esteja centrada no diálogo, nas decisões coletivas e na promoção da autonomia desta Unidade de Ensino. ”

A escola considera a diversidade, a sustentabilidade humana e a cidadania são considerados princípios norteadores do PPP como eixos para a gestão do trabalho pedagógico. Contudo, no que tange o princípio da diversidade, não há propostas e/ou ações que venham contemplar a inserção da abordagem étnico racial.

Nas áreas pedagógica, administrativa e financeira o PPP traçou objetivos prioritários e metas a serem alcançadas, acompanhadas ainda de suas estratégias e avaliação.

Quanto ao seu plano de ação, especificamente, os aspectos pedagógicos, o PPP apresenta um rol delimitado de 31 objetivos de nominados prioritários os quais estão apresentados na tabela a seguir:

Quadro 1- Objetivos Prioritários

1	Proporcionar uma escola pública, gratuita e democrática, de qualidade voltada à formação integral do ser humano para que possa atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando o acesso à escola e a permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.
2	Fortalecer o Projeto Político Pedagógico atendendo as demandas da realidade da escola e de sua comunidade escolar em comunhão com o Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota.
3	Perceber o espaço da escola como ambiente de trabalho coletivo cooperativo e de equipe, responsabilizando pela organização da vida coletiva e pela construção de novos conhecimentos.
4	Combater o abandono, a evasão escolar, a repetência e a distorção idade e série.
5	Assegurar a gestão democrática e participativa da escola.
6	Fortalecer o comprometimento da Instituição com a Responsabilidade Social e com o bem estar coletivo.
7	Reorganizar o tempo/espaço escolar com vistas ao desenvolvimento pleno do adolescente e seu efetivo letramento.
8	Desenvolver um trabalho coletivo e interdisciplinar.
9	Superar a fragmentação do trabalho escolar a partir da interdisciplinaridade.
10	Afirmar a prática coletiva de planejamento e avaliação.
11	Superar a avaliação classificatória, por uma avaliação formativa inclusiva e emancipatória.
12	Fazer da biblioteca uma espaço de incentivo a leitura com atendimento direto ao aluno e demais membros da comunidade escolar.
13	Proporcionar para professores, alunos e demais membros da comunidade escolar condições para a inclusão digital.
14	Integrar cada vez mais as novas tecnologias no dia a dia da sala de aula.
15	Trabalhar e implantar a pedagogia de projetos nas ações da escola.
16	Proporcionar acesso ao esporte, cultura e lazer.
17	Combater o analfabetismo na comunidade em que a escola esta inserida.
18	Valorizar a formação continuada dos professores estimulando a ação-reflexão-ação da prática pedagógica. Garantir o reforço escolar de acordo com a necessidade da escola.
19	Proporcionar atividades extracurriculares com regularidade.
20	Desenvolver a cultura da paz no cotidiano escolar.
21	Conscientizar a comunidade escolar sobre o perigo do uso de drogas.
22	Fortalecer a prática de Educação Física como meio de desenvolvimento global dos nossos alunos.
23	Fortalecer a Educação Integral em nossa escolar.
24	Desenvolver através do trabalho pedagógico e coletivo o Protagonismo em nossos alunos.
25	Desenvolver o letramento dos alunos através de ações pedagógicas coletivas.

26	Mediar conflitos socioambientais Ampliar o conhecimento e a pratica da mediação e a cultura de paz no cotidiano da escola.
27	Criar novas alternativas para que a educação de valores ocupe seu papel relevante nos projetos educativos e no tempo escolar.
28	Promover a aprendizagem de valores por meio do esporte seja ele praticado na escola ou fora dela.
29	Trabalhar através do esporte: autoestima, a perseverança, a solidariedade, o respeito, a motivação e os hábitos saudáveis.
30	Utilizar as mídias nas atividades pedagógicas desenvolvidas na escola.
31	Fortalecer a inclusão dos alunos especiais em nossa escola.

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental do Gama-DF (2016).

Conforme observado no quadro acima, não estão explícitos, por exemplo, objetivos prioritários que versem diretamente sobre as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Sobre os aspectos pedagógicos as metas são:

(...) reduzir o abandono de, a evasão escolar em 80%; reduzir os índices de repetência na escola; reduzir em 90% a distorção série e idade na escola; aumentar os índices de aprovação dos alunos em até 50%; fortalecer o trabalho pedagógico coletivo e interdisciplinar; promover a gestão participativa da escola; combater o uso de drogas por nossos alunos; fortalecimento da disciplina no ambiente escolar; reduzir o analfabetismo totalmente na comunidade em que se encontra inserido a Escola; promover a cultura da paz no ambiente escolar; promover a mediação de conflitos socioambientais; promover a aprendizagem - de valores por meio do esporte seja ele praticado na escola ou fora dela; fazer da biblioteca um espaço prioritário no desenvolvimento do letramento dos alunos; fortalecimento do uso das mídias nas atividades pedagógicas; promover o Protagonismo juvenil. (p. 38)

É possível observar que as metas definidas a partir dos objetivos prioritários não contemplam a Educação antirracista e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, verifica-se a invisibilidade da temática racial no âmbito do PPP. Vale ressaltar que a Região Administrativa do Gama –DF, cidade onde está localizada a escola em tela conta com aproximadamente 60% da população autodeclarada negra, o dado reflete também no estabelecimento de ensino, em que, conforme se verifica na fala da gestora escolar, é composto majoritariamente por pessoas negras.

À luz de (2006) entende-se que o Projeto Político Pedagógico reflete a realidade da escola, que a influencia e que pode ser por ela influenciado. É também um instrumento que dá visibilidade as propostas das ações educativas da escola. Deste modo é preciso trazer à reflexão da escola a necessidade de diálogos coletivos sobre a construção de propostas pedagógicas com a temática racial bem como o porquê da importância delas, compreende-se que o PPP reflete a realidade, então esta deve ser repensada no sentido de cumprir seu papel social no que tange as questões raciais.

Para Veiga:

a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. A escola nessa perspectiva é vista como uma instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade (2002).

É possível observar que no plano de ação aprovado do PPP há informações ainda genéricas a respeito das ações a serem desenvolvidas pela escola, não explicitam, por exemplo, temáticas que estão diretamente relacionadas a esta instância formativa e obrigatórias por lei, tais como o ensino de história afro-brasileira e africana, educação antirracista e a questão étnico-racial, por exemplo.

É importante ressaltar que a escola é instância formativa do indivíduo, portanto, possui plenas condições de trazer, em seu Projeto Político Pedagógico, um maior detalhamento sobre as temáticas que devem ser discutidas e tratadas ao longo das atividades pedagógicas escolares, aquelas que, inclusive, influenciam direta ou indiretamente a vida em sociedade. É possível delinear, ainda, como e em que tempo elas serão tratadas junto com a comunidade escolar.

A escola ressalta sobre a sua função social:

Promover o sucesso escolar de meninos e meninas além dos conhecimentos escolares, mas pelo desenvolver no interior da escola das diferentes áreas do conhecimento como: sustentabilidade ambiental, direitos humanos, educação para a diversidade, os valores cívicos, culturais, sociais e políticos, ainda como parte da formação do aluno, valorizando a preparação do indivíduo para o exercício consciente da cidadania. (p.8)

O projeto político pedagógico implica na elaboração de um plano de ações a ser seguido. Nesse sentido, o documento dá publicidade aos sujeitos infra e extraescolares sobre o processo político pedagógico construído coletivamente.

O PPP é um importante instrumento que norteia o cotidiano da escola, o mesmo deve apresentar as ações a serem desenvolvidas de forma explicitamente claras, no sentido de também possibilitar o controle, o monitoramento e avaliação das suas intencionalidades.

O Projeto Político Pedagógico é instrumento fundamental para dar norteamento as atividades e ações pedagógicas que visem, por exemplo, a identificação, reconhecimento e valorização das relações étnico-raciais. Para tanto, o Projeto Político Pedagógico escolar deve ser elaborado também à luz da legislação frente ao tratamento de temáticas sensíveis a comunidade escolar e a população em geral.

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ressaltam, por exemplo, sobre as dificuldades da aplicação da lei 10.639/03, contudo, mesmo diante da relação complexa entre os entes federativos faz-se necessário a participação de todos em prol do cumprimento da lei, o que envolve também a inclusão da temática no projeto político pedagógico escola.

Deve ficar explícito que estamos aqui falando de processo de implementação da Lei, correspondendo a ações estruturantes que pretendemos que sejam orquestradas por esse Plano, pois todos os atores envolvidos necessitam articular-se e desenvolvê-las de forma equânime. Isso significa incluir a temática no Projeto Político Pedagógico da Escola, ação que depende de uma série de outras, como, por exemplo, o domínio conceitual do que está expresso nas DCNs da Educação para as Relações Etnicorraciais, a regulamentação da Lei pelo respectivo Conselho de Educação, as ações de pesquisa, formação de professores, profissionais da educação e equipes pedagógicas, aquisição e produção de material didático pelas Secretarias de Educação, participação social da gestão escolar, entre outras. (BRASIL, 2013, p. 17)

A abordagem étnico-racial requer, portanto, o envolvimento da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, na luta contra o racismo em prol também da desconstrução de ideologias folclóricas e de pensamentos depreciativos que perduram e se reproduzem historicamente a respeito da pessoa negra.

A partir do plano de ação, apresentado no referido PPP, pela orientação educacional da escola, observa-se que não estão explicitamente inseridas atividades e/ou ações que evidencie intencionalidades quanto a a educação

antirracista. Nota-se, ainda, que o PPP da escola em tela não fez, minimamente, menção a semana da consciência negra tampouco as questões étnico-raciais.

No artigo 43, parágrafo 3º da Resolução Nº 4, de 13 de julho do Conselho Nacional de Educação, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, diz:

A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica. (BRASIL, 2013, p. 74)

Considerando o que diz o artigo 44 da mesma em que se afirma que o projeto político-pedagógico deve contemplar entre outras questões “as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico” (BRASIL, 2013, p. 75), faz-se, então, necessário ressaltar que o PPP considere, explicitamente, no conjunto de suas intencionalidades, as ações e estratégias que resultem a contemplação da abordagem entico racial. Diante do quadro de invisibilidade inclui-se uma entrevista com uma integrante da equipe diretora, trata-se, portanto, de uma supervisora pedagógica que atua na escola a cerca de trinta anos, é a funcionária mais antiga do quadro efetivo.

3.2 Análise da Entrevista

Mulher, negra, a Supervisora Maria, nome que utilizaremos para resguardar a sua identidade, participou voluntariamente da pesquisa realizada no mês de novembro de 2017. Ao dar voz a gestão que no caso está representada por Maria, foi possível compreender sobre a dinâmica da escola frente a temática que esta pesquisa se propõe. Nesse sentido, a entrevista, contribuiu para a reflexão sobre a urgente necessidade de inserção da temática étnico racial no âmbito da proposta pedagógica escolar.

Perguntada se vive/vivenciou ou ouviu falar de alguma situação de racismo no ambiente no ambiente no estabelecimento escolar que atua, a supervisora respondeu positivamente, narrando a sua própria história:

“No início da minha profissão tinha uma mãe já muito clara, muito branca e que também é professora, mas nunca tinha passado na Secretaria[concurso

da Secretaria de Educação]. Eu nunca esqueci esse episódio porque ficou muito marcante, e na época eu dei uma atividade diferente que era alfabetização (...) era para ensino fundamental séries iniciais né. E aí eu dei uma atividade diferenciada e ela não gostou e o argumento que ela usou na direção foi eu ser negra. Como eu era Negra eu não estava preparada. Ela não entendeu a atividade e foi isso o argumento que ela usou. Imediatamente convoquei uma reunião com todos os pais, incluindo ela. ”

“Eu “expus” o problema, falei primeiro da atividade do embasamento pedagógico que na época a atividade tinha pra ela ter sido desenvolvida. Nunca esqueci, era uma separação silábica com movimento, então a gente fazia atividades físicas e marcava como se fosse musica a separação silábica e ela não entendeu, enfim. ”

“E aí eu fiz a reunião e expliquei embasamento pedagógico, enfim, e do meio da reunião pra frente eu falei: e agora eu vou dizer pra vocês porque que eu convoquei, o embasamento da pessoa que me denunciou era o preconceito racial.

A situação relatada pela supervisora evidencia aquilo sobre o que tratamos anteriormente neste estudo, aos negros foi negado espaços historicamente ocupados pelos brancos. Ainda nos dias atuais, em virtude do racismo institucional que vivenciamos e reproduzimos, as pessoas negras são, cotidianamente, vítimas do preconceito racial em virtude da posição social considerada de prestígio pela sociedade e não serem reconhecidas como sujeito desse lugar, pois ao longo de toda a nossa história esses espaços pertenceram a pessoa branca. A supervisora logo em seguida narrou outro episódio:

“... a mãe veio reclamar de religiões afros que o professor de história tava dando na escola. Ela veio reclamar e deu de cara comigo, nessa época eu era coordenadora, ela disse: pra você eu não vou reclamar não sem me dizer o que era. Aí eu disse assim: então hoje você não vai falar com ninguém, porque só tem eu que possa responder. Aí eu falei: qual o motivo da sua reclamação? Ah porque ele [o professor de história] tá dando macumba]. Aí eu disse: onde ta escrito que é macumba? Aí ela falou: Por isso que eu não queria falar com você. Ou seja, pelo fato de eu ser negra, eu tinha que ser macumbeira entres aspas, eu tinha que aprovar a matéria que tava sendo dada sem embasamento pedagógico... Só que assim a diretora da escola também é negra né... a diferença que as pessoas enxergam é que ela tem o cabelo liso é uma piada né, aí o tratamento é diferente, e ela até

brinca falando: até que as pessoas não me enxergam muito como negra por causa do cabelo. ”

No segundo episódio relatado pela supervisora Maria, verifica-se o pensamento eurocêntrico acerca da cultura e religião africana refletidos no âmbito escolar. Ao mesmo tempo em que a escola é capaz de transformar a sociedade, é também reprodutora do comportamento desta. Verifica-se historicamente que os elementos religiosos presentes na cultura africana e afro-brasileira são relacionados ao “culto do Mal”, tal comportamento de cunho eurocêntrico, hegemônico e racista, impede, por exemplo, que as pessoas enxerguem melhor algumas manifestações culturais para além daquelas de que estão imersas e/ou de que foram introjetadas.

Perguntada se há dificuldade em se trabalhar história e cultura afro-brasileira e africana supervisora respondeu negativamente: “Eu tive esse episódio com essa mãe, mas é muito esporádico, muito raro, então a gente trabalha com facilidade. Mas são casos esporádicos, de alguém que se sentiu ofendido especialmente pela religião”, pessoas pertencentes a outra(s) crença(s) que se posiciona contrárias e esse tipo de proposta pedagógica “que aí entende que o estudo tá ligado ao espiritismo e eles confundem com macumba, é assim que eles denominam. ”

Sobre se a escola desenvolve e/ou desenvolveu alguma atividade projeto ligados ao tema relações étnico-raciais educação antirracista a supervisora Maria respondeu positivamente. “Tivemos dois professores [de história] que desenvolveram projetos nessa área na escola ... projeto muito bom sobre africanidade. Foi por volta de 2010, eu acho.

Perguntada se houve algum projeto desenvolvido na escola ainda que anterior a esses a professora respondeu negativamente:

“A escola realmente peca com isso... a gente não desenvolve um projeto nessa área e precisa, a nossa comunidade até por ser aqui de periferia a maioria é de negros... e alguns não se identificam como negros, e a gente precisa fazer logo, é uma falha nossa... a escola tem vários projetos, mas realmente nessa área não tem. Agora na feira de disciplinas a gente expõe alguns trabalhos, os professores expõem, mas não como forma de trabalho coletivo, não como uma conscientização coletiva ... fica muito ligada à disciplina de artes ou de ou PD [Parte Diversificada] que aí desenvolve um

trabalho nessa área, mas não num projeto político pedagógico da escola... não tem projeto nessa área, ainda...”

A partir desta fala podemos inferir que o perfil da supervisora que embora se mostre sensível a educação antirracista, não apresenta na prática empenho necessário para a sua efetivação, e realiza esporadicamente, ações que valorizam a temática racial. No que tange a educação antirracista Garcia (2010) tipifica o perfil desse gestor como aquele: “pouco envolvido com a busca da igualdade racial”, desenvolve “uma ação ou outra sem continuidade necessária”. (p.50).

Vale ressaltar, ainda, que no Projeto Político Pedagógico não constam informações ou até mesmo menção sobre propostas coletivas e/ou isoladas referentes ao dia da Consciência Negra. O artigo Art. 79-B da LDB (9394/96) ordena: “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”, entende-se, portanto, ser fundamental que o PPP em questão contemple esta data em seu conteúdo.

Perguntada sobre de que maneira o currículo do ensino fundamental pode ser antirracista a supervisora responde:

“eu acho que nas histórias, as ilustrações dos livros que nós não nos vemos nas ilustrações dos livros as histórias contadas, os livros que nós lemos não contam as nossas histórias as heroínas os heróis nunca são negros são brancos lindos fortes e altos e nunca somos nós todas elas são brancas ... que a nossa história seja contada direito nossa história foi feita por nós fazemos parte dessa história... então a gente não se identifica, a nossa história tem que ser contada direito... nossa história foi feita por nós, nós fazemos parte dela. E a nossa história parece que a gente foi feito de segundo plano, é assim que a gente nunca aparece... e é por isso que a gente nunca tá lá, a gente não se identifica... você pode abrir qualquer livro, de qualquer disciplina, a gente não tá lá, então se a gente não tá lá, se a gente não se vê, então tá errado. ”

Perguntada se conhecia sobre a Lei 10639/03 altera o artigo 26 da A lei de diretrizes e Base da Educação Nacional, que determina que as escolas públicas e particulares incluam no currículo o ensino de história afro-brasileira e africana a supervisora respondeu negativamente. Embora não conhecesse o marco legal, após ser informada sobre do que se tratava supervisora destacou:

“Os nossos professores são muito bons e eles desenvolvem um trabalho muito bom, mas de forma isolada, e fica só na área de história, por isso que eu acho que a escola peca. Eu acho que a gente precisa mesmo de uma coisa mais abrangente do que só a lei determina, só história. É isso que eu acho que a gente peca.... É uma escola praticamente só de negros né.... Aí temos eu, a professora e a coordenadora, todas nós mulheres, todas nós negras e a gente não desenvolve um trabalho... né.... acho que é.... falta.”

Observa-se que a supervisora reconhece a falha da equipe gestora em promover (sobretudo de forma coletiva) ações em prol de uma educação antirracista.

Vale ressaltar que o artigo 26-A da LDB destaca que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, “em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”, portanto a temática não deve está centrada na disciplina de história, por exemplo.

Sobre o papel da direção da Escola em relação educação antirracista e as relações étnico-raciais, Maria afirma:

“A diretora é muito ligada nessa área pedagógica, ela acompanha de perto, eu te garanto que ela acompanha isso nas aulas de história, essa parte seria minha, de supervisão, mas ela prefere acompanhar, nas áreas de história e nas aulas de PD [Parte Diversificada]. ”

A partir desta fala, nota-se, novamente, a centralidade da questão racial nas aulas de história, o que conforme já foi mencionado, contraria o que está disposto no artigo 26-a da LDB e no que está também disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para Relações Étnico-Raciais, em seu artigo 3º, “o ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.”

Sobre qual é o papel do professor em relação a temática étnico-racial, e educação antirracista e ensino de história brasileira e africana Maria responde: “O professor é a chave, ele precisa ser livre de preconceitos, ele precisa ir fundo. A figura mais importante é o professor, eu entendo o professor como chave.”

Perguntada sobre quais são os encaminhamentos no caso de situações de atitudes preconceituosas ocorridas na escola a professora destaca em sua resposta a atuação da figura do orientador profissional:

“Até o ano passado nós tínhamos a orientadora, daí quando a gente via que o caso era mais grave, ela atuava, na turma e se precisasse atuava nos grupos menores, a gente tá sentindo falta dessa figura do orientador pedagógico que a gente não tem, mas a gente ficou ainda com psicólogo, daí a gente encaminha e aí é feito o trabalho primeiro na turma e se precisar, de forma isolada, pra saber de onde o preconceito surgiu, porque muitas vezes não surge aqui, ele trás da sociedade e a gente precisa saber de onde surgiu pra ver como a gente trabalha... a gente tá tentando trazer ela de volta [a orientadora, que participou do processo de remoção de servidor e está em uma escola mais próxima de sua residência] ela é muito boa.”

Os livros didáticos foram citados pela supervisora sobre como sendo os principais materiais dos quais se tem acesso e que subsidiam o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana dos professores. Contudo, a supervisora afirma que os livros auxiliam muito pouco nesse processo, e que por isso, a alternativa é procurar outras possibilidades. Entretanto, percebe-se que os livros didáticos continuam ganhando a centralidade no que tange as opções de materiais de apoio didático.

Perguntada sobre que elementos considera serem obstáculos para a implementação da abordagem étnico racial e educação antirracista a supervisora Maria responde:

“Falta de projeto, eu acho que é a principal barreira pra gente. Um específico pra essa área que não seja com a culminância daqueles projetos de beleza negra do 20 de novembro, a gente precisa de um projeto que a gente quando chegar nessa época só lembre que somos negros nesse dia 20. ”

Perguntada sobre quem ela acredita que pode viabilizar a discussão e elaboração de projetos com essa temática, a supervisora responde:

“A equipe gestora, nós mesmos que devemos planejar, a falta é nossa mesmo, a falha. A gente parar mesmo.... a nossa escola... apesar de não ter um projeto nessa área... a gente vive com projetos, é a base de projetos... é muito pedagógica a nossa escola... então a gente precisa parar, a equipe gestora né... então a gente precisa parar com os professores e falar: olha,

agora é o momento, então, é nós né, parar pra elaborar um projeto pra trabalhar ao longo do ano, então cabe a nós, eu acho que somos nós mesmos.”

Infere-se das respostas dadas pela supervisora pedagógica o reconhecimento da escola, sobretudo da equipe de gestão, sobre a ausência há aproximadamente sete anos de propostas coletivas pedagógicas que visem a promoção das relações étnico raciais.

A profissional entrevistada ao afirmar a presença majoritária de estudantes negros/as bem como de integrantes negros/as na gestão do estabelecimento de ensino, nos permite refletir sobre a invisibilidade dada a temática racial por aqueles que, segundo a supervisora, compõem maioria na escola em questão e que sem dúvida são os que sofrem cotidianamente com a relação desigual entre negros e brancos em nossa sociedade.

Numa espécie de conformismo, ou, talvez, esquecimento de si mesmas, as pessoas de pertencimento racial negro da gestão escolar estão imbuídas do silêncio naturalizado há sete anos no que tangem a propostas coletivas sobre a temática em questão.

Faz-se necessário que os/as gestores/as estejam engajados/as na construção de uma educação e sociedade antirracista, é fundamental que se (re)construam como gestores/as proativos/as os quais para Garcia (2010, p.50) são aqueles “mais afeitos e envolvidos com a temática racial, buscam manter viva a luta racial, criam estratégias de educar para o respeito à diversidade.”

As reflexões até aqui realizadas, não se inclinam para uma polarização, mas possibilitam compreender que os espaços historicamente ocupados por pessoas brancas também são nossos lugares, mas é preciso sobretudo refletir sobre a necessidade de conscientização acerca de nós mesmos, da nossa história e capacidade de romper com tudo o que pode nos acorrentar inclusive simbolicamente (o silêncio e apatia são exemplos). Aqui a reflexão antecede a ação, sem ambas não há luta por uma educação antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a inserção de temática étnico-racial na proposta política pedagógica escolar é urgente, uma vez que os estabelecimentos escolares são espaços de construção e formação dos indivíduos transformadores e influenciadores da sociedade.

Foi possível observar que embora a escola em questão desenvolva, ainda que de forma isolada, atividades que trazem consigo a abordagem étnico racial, faz-se necessário que o estabelecimento escolar, juntamente com a comunidade criem espaços de diálogos em prol de projetos pedagógicos coletivos sobre a questão racial.

As menções feitas no documento ligadas a abordagem étnico racial e a educação antirracista, quando ocorrem são em poucas linhas em alguns dos marcos situacional, conceitual ou operacional, mas não dão sequência aprofundada enquanto proposta pedagógica da escola. Tais menções se verificam superficiais.

O resultado da análise do Projeto Político Pedagógico e da entrevista demonstram que o estabelecimento de ensino tem encontrado dificuldades para a inserção das temáticas supracitadas.

Entende-se que tal a pouca informação e/ou superficialidade acerca da abordagem étnico racial enquanto proposta seja resultado da possível invisibilidade da escola de modo geral em mobilizar para a necessidade de se construir propostas pedagógicas coletivas voltadas para essas questões. Também é importante considerar que a pouca prática do trabalho coletivo e da pouca mobilização gestora sejam também empecilho para a execução de projetos coletivos e interdisciplinares nos estabelecimentos de ensino.

Entretanto, entende-se que seja perfeitamente possível inserir, nas ações cotidianas da escola, a temática das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Para tanto, é fundamental o envolvimento de toda a comunidade escolar, sobretudo e o estímulo da gestão e docentes.

REFERÊNCIAS

BARROS, Fernando Passos Cupertino de; e SOUSA, Maria Fátima de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. 2 Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.1, p.9-18, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei federal n.9394/96 de 26 de dezembro de 1996. BRASÍLIA: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.; il.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. 2003. Disponível em: Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). “A população negra no Distrito Federal - Analisando as Regiões Administrativa. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Currículo em Movimento da Educação Básica. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Brasília: SEDF, 2013.

DISTRITO FEDERAL. Projeto Político Pedagógico Escolar. Disponível em: <http://sumtec.se.df.gov.br/sistemas/ppp/?cat=5>

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*[online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007

GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005 / Renísia Cristina Garcia. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

GARCIA, Renísia Cristina. Raça e classe na gestão da educação básica brasileira. A importância da cultura na implementação de políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2011.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

Heringer, Rosana. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(Suplemento):57-65, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>

Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014. Organizadores: Doriam Luís Borges de Melo, Ignácio Cano - Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2017. 108p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico de 2010. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. ISSN 0104-3145 Censo demogr., Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009. Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro. 2010.

Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2014. Organizadores: Doriam Luis Borges de Melo, Ignácio Cano - Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2017. 108p. http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/obs_favelas/iha_2014.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Atlas da violência 2017. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Retrato das desigualdades de gênero e raça. Indicadores. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em: out/2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Edna; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos e COLOSSO, Marina. Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs. *Psicol. teor. prat.* [online]. 2013, vol.15, n.3, pp. 118-133. ISSN 1516-3687.

MUNANGA, K. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (Org.). Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, p. 17-33, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-29.

NETTO, Jose Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade VI: Pesquisa e produção de conhecimento na área do Serviço Social. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009, p. 667-700.

SHIROMA, Eneida Oto. Política Educacional/ Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 4. Ed, 128 p.

SOUZA, Celina. POLÍTICAS PÚBLICAS: questões temáticas e de pesquisa. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

THEODORO, Mário. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: _____. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 22 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006. p. 11-35.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel de; e FERREIRA, Kaline Monteiro. Educação e pobreza: 11miaries de um campo em (re)definição. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 50 maio-ago. 2012.

APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**Universidade de Brasília – UnB****Faculdade de Educação - FE**

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “Educação antirracista e ensino de História: reflexões sobre o Projeto Político Pedagógico de uma Escola de Ensino Fundamental do DF” sob a orientação da professora Dra. Renísia Cristina Garcia Filice.

Para participar deste estudo o Senhor (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. O Senhor (a) será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Nome do (a) entrevistado

(a) _____

RG: _____

Assinatura do (a) do entrevistado(a)

Pesquisador (a) responsável: Jaciara Cristina Pereira de Souza

Instituição procedente da pesquisadora: Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília

Telefone:

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE 2 - Roteiro norteador da entrevista

Este roteiro destina-se a uma pesquisa para a Graduação em Pedagogia - UNB, cujo tema é “Educação antirracista: reflexões necessárias sobre o projeto político pedagógico de uma escola de Ensino Fundamental do DF” com a finalidade de colher informações para conclusão de TCC com o mesmo tema.

1. Há quanto compõe a equipe de gestão da escola?
2. Qual a sua função na escola?
3. Há quanto tempo você atua como professor/a?
4. E há quanto tempo você atua nesta escola?
5. Como você se define do ponto de vista étnico-racial?
6. Já desenvolveu ou conhece algum professor d SEDF do Anos Iniciais/Finais do Ensino Fundamental que tenha desenvolvido alguma ação ou projeto voltado para a Educação das Relações Étnico-Raciais? Como avalia essas ações?
7. Em sua opinião de que maneira o currículo do Ensino Fundamental desenvolvido em sala de aula pode tornar-se antirracista?
8. Você já vivenciou ou ouviu falar de algum tipo de racismo no ambiente escolar?
Relate.
9. Conhece a lei 10.639 que altera o artigo 26 da LDB tornando obrigatório o ensino torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira

10. Você considera que sua escola/colégio já implementou efetivamente a Lei 10.639/03? Por que?
11. Quais as práticas que poderiam ser aplicadas nas escolas para colaborar na implementação da Lei? Quem deveria ser o responsável por elas?
12. Qual o papel que cumpre a equipe gestora da escola em relação à real implementação da Lei?
13. Qual o papel que deve cumprir o/as professor/as da escola em relação à real implementação da Lei e em prol de educação antirracista?
14. Existem comportamentos que poderiam indicar preconceito e discriminação nesta escola/colégio que você tenha sentido, testemunhado ou ouvido falar?
15. Se houver, quais os encaminhamentos dados para a questão pelo/a professor/a, pedagogo/a ou diretor/a
16. Os professores têm acesso a materiais para trabalhar a História e Cultura Afro-brasileira e Africana?
() SIM () NÃO
17. Em caso afirmativo, quais são estes materiais?
18. Eles auxiliam?
() SIM () NÃO () MUITO () POUCO () QUASE NADA
19. Que elementos você considera serem obstáculos para a implementação da abordagem étnico racial e educação antirracista?